

**ANABELA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES  
MORAIS RIBEIRO**

**IMPLEMENTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA  
CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL, NAS  
BIBLIOTECAS ESCOLARES DO 1.º CICLO DO  
ENSINO BÁSICO DO DISTRITO DE LISBOA  
(ESTUDO DE CASO)**

**Orientadora: Professora Doutora Gisélia Maria Martins Felício**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**Instituto de Educação**

**Lisboa**

**2013**

**ANABELA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES  
MORAIS RIBEIRO**

**IMPLEMENTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA  
CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL, NAS  
BIBLIOTECAS ESCOLARES DO 1.º CICLO DO  
ENSINO BÁSICO DO DISTRITO DE LISBOA  
(ESTUDO DE CASO)**

Dissertação de Mestrado apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação, no Curso de Mestrado em Ciências da Educação – Especialização em Bibliotecas Escolares e Literacias do Séc.XXI, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Doutora Gisélia Maria Martins Felício

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**Instituto de Educação**

**Lisboa**

**2013**

## **Agradecimentos**

Uma palavra de agradecimento a todos aqueles que por palavras, ações ou recursos me apoiaram e incentivaram na realização deste trabalho.

“ Um dos aspectos que pode ser avaliado e é particularmente valorizado pelas autoridades públicas e sociedades que se empenham em promover a educação dos jovens é o da facilitação de meios para a educação. A sociedade que investe na biblioteca escolar investe no seu próprio futuro.”<sup>1</sup>

*Internacional Association of School Librarianship (IASL)*

---

<sup>1</sup> Declaração Política da IASL sobre Bibliotecas Escolares. Revisto pela IASL em Setembro de 1993 Disponível na [www.<URL:  
http://www.bprmadeira.org/site/images/BPR/Documentos/Geral/rede/07\\_declaracao\\_pol\\_IASL.pdf>](http://www.bprmadeira.org/site/images/BPR/Documentos/Geral/rede/07_declaracao_pol_IASL.pdf)

## Resumo

Este trabalho de investigação apresenta um estudo de caso sobre a eficácia da implementação da Classificação Decimal Universal (CDU) nas Bibliotecas Escolares (BE) do 1.º Ciclo do distrito de Lisboa, que servem tanto os alunos do 1.º Ciclo como do Pré-escolar, na faixa etária dos 3 aos 6 anos, sobre os quais assenta esta investigação.

As BE do 1.º Ciclo estão integradas no Programa da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) e são, atualmente, bibliotecas bem equipadas, modernas e com fundos documentais atualizados, diversificados e adequados ao número de alunos, satisfazendo as necessidades e a curiosidade dos seus utilizadores. Souberam corresponder aos propósitos deste Programa, lançado em 1996, e que sob orientações internacionais emanadas da IFLA<sup>2</sup> e da IASL<sup>3</sup>, colocaram as BE ao nível das suas congéneres europeias.

Através do processo de candidatura, mais de 2000 BE de todo o sistema de ensino público são apoiadas pela RBE. As BE do 1.º Ciclo usufruem, ainda de apoio ao nível do tratamento documental, das Bibliotecas Municipais através do Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE) que, na sua generalidade utiliza a CDU - assente na divisão das áreas do conhecimento em dez classes (0 a 9), correspondentes a 10 grandes áreas do conhecimento. Verificamos tratar-se da classificação mais utilizada nas Bibliotecas Escolares, embora não sendo imposta pela RBE. Usam-na como classificação mas também como cota para identificar os documentos em estante.

No entanto, a CDU apresenta-se, em cada uma destas BE, com adaptações (cores, símbolos), o que deixa transparecer que a utilização desta classificação, enquanto cota, não é suficientemente clara em si mesma, para que possa ser compreendida especialmente pelos utilizadores das BE objeto deste estudo de caso, que têm idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos.

Para análise desta situação, efetuada em 16 Bibliotecas Municipais, foi utilizado um inquérito por questionário, lançado aos serviços SABE correspondentes.

---

<sup>2</sup> International Federation of Library Associations

<sup>3</sup> Internacional Association of School Librarianship

Conclui-se que a CDU é utilizada, enquanto cota, em 80% das BE do 1.º Ciclo do distrito de Lisboa e que todas recorrem a adaptações, sendo a mais utilizada a de código cromático, o que demonstra que a CDU em si mesma não responde às necessidades/perfil dos utilizadores da faixa etária em análise.

Palavras - chave: Bibliotecas Escolares / CDU / Aplicação da CDU / 1.º Ciclo do Ensino Básico

## **Abstract**

This research work presents a study case, about the efficiency of the implementation of the Universal Decimal Classification (UDC) in school libraries in grammar schools (from first to fourth grade) in the Lisbon district. The school libraries analyzed, are not also used by grammar students, but also by preschool children (age three to six).

The school libraries here studied, are integrated in the national network of school libraries (RBE) and are, nowadays, well equipped, modern and with a large range of recent documentation, which are diversified and adequate for the number and age of students who use them. They fulfill the necessities and curiosity of its users. Our school libraries have known how to comply with the purposes of this program, launched in 1996, which under international guidance by the IFLA and IASL, have put our school libraries to the level of other European school libraries.

Through a candidature process, more than 2000 public school libraries are supported by the RBE. The School libraries of Grammar schools have, furthermore the support of the Public Libraries of each Town or District. These Public Libraries support school libraries through a service and office called SABE, that uses, generally the same UDC, a division of knowledge divided into ten classes (0 to 9), which correspond to ten vast areas of knowledge.

We verified that this division of knowledge is used by the majority of school libraries, even though the system is not imposed by the RBE. The same system/designation is also used to identify documents which are available on bookshelves.

In spite of the fact mentioned before, the UDC can differ in each school library in some variations (colour, symbols), what makes evidence that the system itself is quite probably, as a designation for documents, not clear enough for the user of school libraries, children, who are between 3 and 10.

To analyze this situation, in 16 different Public Libraries, was used a inquire through questionnaire, given to the 16 corresponding SABE services.

We can conclude that the CDU is used, while book designation/quote, in 80% of Grammar school libraries of the Lisbon district. All schools analyzed use adaptations, using mostly chromatic codes, what from our point of view, only shows that the CDU itself, does not respond to the needs and the profile of the users of the school libraries in question.

Key word: school libraries/CDU/CDU Applications/ Grammar schools

## **Lista de abreviaturas e siglas**

- BE – Biblioteca Escolar
- BM – Biblioteca Municipal
- C.E. – Centro Escolar
- CC – Classificação de Colon (Ranganathan)
- CDD – Classificação Decimal de Dewey
- CDU – Classificação Decimal Universal
- CIBE – Coordenador Interconcelhio das Bibliotecas Escolares
- FIAF - Fédération Internationale des Archives du Film
- FID – Federação Internacional de (Informação e) Documentação
- IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
- IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- IFLA – International Federation of Library Associations
- IIB – Instituto Internacional de Bibliografia
- IID – Instituto Internacional de Documentação
- ISO – International Standard Organization
- LCC – Library of Congress Classification
- MABE – Modelo de Autoavaliação das Bibliotecas Escolares
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- OPAC – Online Public Access Catalogues
- PAA – Plano Anual de Atividades
- PCDM -Principes de Classement des Documents Musicaux

PNL - Plano Nacional de Leitura

RBE – Rede Bibliotecas Escolares

RNBP – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

SABE – Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares

TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação

UDC - Universal Decimal Classification

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## Índice

<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1 - A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP): os SABE e a RBE .....</b>	<b>24</b>
<b>Capítulo 2 - A Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) e o papel das Bibliotecas Escolares (BE) na escola.....</b>	<b>31</b>
<b>Capítulo 3 – Linguagens Documentais: tipologias e princípios gerais .....</b>	<b>36</b>
<b>3.1. Linguagens Documentais.....</b>	<b>37</b>
3.1.1 A Classificação Decimal de Dewey (DDC ou DC).....	40
3.1.2 A Classificação da Biblioteca do Congresso (LC).....	42
3.1.3 A Classificação de Colon de Ranganathan (C.C.).....	45
3.1.4 Os Tesouros.....	47
<b>Capítulo 4 - A Classificação Decimal Universal -CDU .....</b>	<b>50</b>
<b>4.1. A Classificação Decimal Universal – origem, evolução     histórica e sua aplicação.....</b>	<b>51</b>
<b>4.2. A Classificação Decimal Universal – suas características.....</b>	<b>54</b>
<b>4.3. A Classificação Decimal Universal e a sua aplicação, em     Portugal.....</b>	<b>62</b>
4.3.1 A utilização da CDU nas Bibliotecas Escolares.....	64
<b>Capítulo 5 – Inquérito por Questionário .....</b>	<b>69</b>
<b>5.1. Elaboração e aplicação do questionário.....</b>	<b>70</b>
<b>5.2 Análise e interpretação dos dados recolhidos.....</b>	<b>74</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>92</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>95</b>

**APÊNDICE..... 101**

## Introdução

*“ A documentação existente (...) deve ser de fácil acesso a todos os utilizadores, tanto alunos como professores e funcionários, devendo encontrar-se devidamente exposta e assinalada, para facilmente poder ser procurada e encontrada.”*

*In M<sup>a</sup> Helena Brás, Bibliotecas Escolares: instalação e organização do espaço, Ministério da Educação, 2000*

O presente trabalho de investigação pretende efetuar um estudo sobre a implementação e a utilização da Classificação Decimal Universal (CDU)<sup>4</sup> nas Bibliotecas Escolares (BE), especificamente nas Bibliotecas Escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico do distrito de Lisboa.

Neste sentido, partimos da colocação das seguintes perguntas de partida:

- 1- A Classificação Decimal Universal, atualmente implementada na generalidade das Bibliotecas Escolares, revela-se, enquanto cota, a Classificação mais adequada, especificamente nas Bibliotecas Escolares do 1.º Ciclo?
- 2- Devem ser consideradas alternativas ou ajustamentos à CDU para que esta seja melhor compreendida e ajustada ao grupo etário dos utilizadores destas Bibliotecas Escolares (3 a 10 anos)?

Para dar resposta às perguntas de partida, sendo que a segunda decorre da primeira, iremos desenvolver uma investigação pertinente e útil, para toda a comunidade escolar, incluindo os professores bibliotecários e os responsáveis pelos Serviços de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE)<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> CDU\_ Classificação que organiza as diferentes áreas do conhecimento em 10 classes (da 0 à 9).

<sup>5</sup> Grupo de trabalho da Biblioteca Municipal que, entre outras funções, faz o tratamento técnico do fundo documental das BE do 1.º Ciclo.

As razões que motivaram esta investigação, prendem-se com o fato de, na nossa experiência profissional, como professora bibliotecária ao longo de quatro anos, termos constatado que os utilizadores/leitores que frequentam as BE do 1.º Ciclo, manifestam dificuldades em assimilar os códigos da CDU, não do ponto de vista do utilizador, mas na medida em que, por si mesma, esta Classificação não é significativa.

Para além disso, observamos que, durante as reuniões Interconcelhias<sup>6</sup> que periodicamente se realizam (mensais e rotativas) nas diversas BE do concelho de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Vila Franca de Xira e Sobral de Monte Agraço, existiam diferentes adaptações à CDU e que a sua diversidade era notória, pois eram diferentes de biblioteca para biblioteca. Verificámos, também que não existia uma uniformidade de critérios, pois mesmo que a adaptação fosse a mesma (paleta de cores), esta era diferente em todas as bibliotecas. Para além do código de cores algumas ainda apresentavam uma terminologia complementar, não uniformizada, dentro de cada classe ou subclasse da CDU, como a título de exemplo a seguir se apresenta:

CLASSES CDU		Exemplo de utilização numa das BE (código associado complementar)
0	GENERALIDADES	EUREKA! DESCOBRI!
1	FILOSOFIA.PSICOLOGIA.	PENSO, LOGO EXISTO!
2	RELIGIÃO	DEUS E AS RELIGIÕES
3	CIÊNCIAS SOCIAIS	NÓS E OS OUTROS
5	CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS	CIÊNCIA A BRINCAR
6	CIÊNCIAS APLICADAS	O NOSSO CORPO/VIVER SAUDÁVEL
7	ARTE.DESPORTO	PINTURA, DESENHO,T. MANUAIS, MÚSICA E DESPORTO
8	LÍNGUA. LINGUÍSTICA.LITERATURA	TEATRINHOS PARA ENSAIAR/ ERA UMA VEZ/POESIA A RIMAR/AVENTURAS EM VIAGEM
9	GEOGRAFIA.HISTÓRIA	DESCOBRIR POVOS E CONTINENTES/ ESTUDAR O NOSSO PASSADO

---

<sup>6</sup> Reuniões de partilha com a Coordenadora Interconcelhia da Rede de Bibliotecas Escolares e os professores bibliotecários do mesmo concelho ou concelhos limítrofes.

Estas diversidades, levaram-nos a questionar esta prática que se nos apresentava como instituída e aceite pelos professores bibliotecários mas que, para nós, foi o suscitar de inúmeras dúvidas relacionadas com os critérios definidos para o recurso às adaptações, nomeadamente: quem as sugeria?, quem as aplicava?; baseado em que fundamento bibliográfico?; sob que diretrizes de âmbito nacional ou internacional?

Por forma a perceber o estado da arte sobre o assunto, começamos por efetuar uma revisão da literatura, tanto a nível nacional como internacional, sobre o tema, mas confrontamo-nos com um vazio de informação nesta matéria. Tal deve-se, segundo cremos, ao facto de se assumirem as diferentes adaptações/especificidades como algo tido “normal”.

Por esta razão, entendemos que seria mais vantajoso, para uma compreensão mais imediata desta realidade, mencionar os autores de referência, não num capítulo específico dedicado ao estado da arte, mas antes, apresentá-los à medida que as diferentes questões relativas ao tema forem sendo apresentadas.

A análise efetuada sobre a aplicação da CDU nas BE também não foi esclarecedora, pois não encontramos nenhuma informação, sobre qualquer tipo de adaptação à CDU nas diretrizes das organizações internacionais como a Internacional Federation of Library Associations (IFLA)<sup>7</sup> ou a International Association of School Librarianship (IASL)<sup>8</sup>, bem como nas orientações que a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE)<sup>9</sup> fornece aos professores bibliotecários através do seu sítio<sup>10</sup> ou das já referidas reuniões interconcelhias, que na figura do Coordenador Interconcelhio (CIBE)<sup>11</sup> servem de elo de comunicação entre o Gabinete da RBE e os professores bibliotecários.

Não nos surpreende esta inexistência de informação sobre a adaptação cromática ou descritiva sobre a CDU, uma vez que, de forma implícita, esta tem vindo a ser implementada.

Esta constatação é reforçada quando verificamos que nas diferentes bibliotecas a nível geral e nas BE a nível específico se percebe que não existe uma linha

---

<sup>7</sup> IFLA/UNESCO – Directrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares. 2000

<sup>8</sup> IASL Declaração Política da Internacional Association of School Librarianship sobre as Bibliotecas Escolares. 1993

<sup>9</sup> LANÇAR A REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES/Coord. Isabel Veiga.1996

<sup>10</sup> Disponível na WWW:<URL <http://www.rbe.min-edu.pt/>>

<sup>11</sup> Coordenadora Interconcelhia das Bibliotecas Escolares

orientadora. O que nos leva a concluir que partimos, por um lado, para um projeto sem passado e que por outro lado, nos deparamos com um desafio para o entendimento do processo no seu todo, das razões das diferentes adaptações e nas propostas para uma opção uniforme, única que possa corresponder às necessidades de quem utiliza as bibliotecas de uma forma coerente. Esta coerência é tanto mais relevante, se pensarmos que os utilizadores, desta tipologia de bibliotecas agora estudada, irá passar para outras BE de 2.º, 3.º Ciclos e secundário e posteriormente serem utilizadores de bibliotecas públicas onde encontram simbologia e códigos diferentes para representar o conhecimento, sempre em nome da mesma Classificação, mas que afinal apresenta “roupagens” diferentes que, do nosso ponto de vista, podem ser inibidoras do acesso ao conhecimento.

Perante a inexistência de referências teóricas que apoiassem a nossa atuação na implementação de adaptações à CDU nas três Bibliotecas Escolares do 1.º Ciclo de Arruda dos Vinhos<sup>12</sup> (local onde exercemos funções desde 2006), optamos, por forma a facilitar o intercâmbio de recursos documentais entre as BE do Agrupamento de Escolas de Arruda dos Vinhos (Agrupamento Horizontal<sup>13</sup>), e a Biblioteca Municipal Irene Lisboa, implementar o mesmo código cromático, para que a utilização dos dois espaços (Biblioteca Municipal e Biblioteca Escolar) fosse facilitadora para estes utilizadores com uma faixa etária compreendida entre os 3 e os 10 anos de idade, na certeza de que se está a resolver uma questão micro e nunca abrangendo o verdadeiro “problema” que a nível macro existe.

A constatação de que o código da CDU em si mesmo não se revela significativo, especialmente para os alunos deste nível etário, levou-nos a consultar o Manual de Procedimentos da Biblioteca Municipal Irene Lisboa e dele retirar o código cromático, por eles próprios criado, associado às 10 classes da CDU que contemplava as seguintes cores:

---

<sup>12</sup> Biblioteca Escolar Luísa Ducla Soares; Biblioteca Escolar Margarida Fonseca Santos e Biblioteca Escolar Pedro Leitão.

<sup>13</sup> Agrupamento de escolas constituído por Jardins de Infância e escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

<b>CLASSES<sup>14</sup></b>	<b>COR</b>	<b>ÁREA DE CONHECIMENTO</b>
0	Preto	GENERALIDADES
1	Castanho	FILOSOFIA. PSICOLOGIA
2	Azul claro	RELIGIÃO
3	Amarelo	CIÊNCIAS SOCIAIS
5	Verde	CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
6	Vermelho	CIÊNCIAS APLICADAS
7	Laranja	ARTE. DESPORTO
8	Azul escuro	LINGUÍSTICA. LITERATURA.LITERATURA
9	Rosa	GEOGRAFIA. HISTÓRIA

A decisão de aplicar nestas BE a mesma adaptação da já utilizada pela Biblioteca Municipal do concelho de Arruda dos Vinhos, foi pessoal e sobre a qual tivemos toda a responsabilidade, pois este assunto não se apresentava relevante, quer para os órgãos de gestão do Agrupamento de Escolas, quer para os docentes. Estes, enquanto gestores e utilizadores das bibliotecas do Agrupamento privilegiam, naturalmente, questões relacionadas com a missão e objetivos das BE na escola/agrupamento e do impacto que as suas ações/atividades têm na aprendizagem e no sucesso dos alunos e não nas técnicas adotadas pelos professores bibliotecários, que não dominam por não estarem na atribuição das suas funções e competências. Assim, especificamos algumas das ações desenvolvidas nas BE do Agrupamento de Escolas de

<sup>14</sup> Na CDU, a Classe 4, encontra-se vazia.

Arruda dos Vinhos e que se reportam para o que é essencialmente valorizado pelos docentes e elementos dos órgãos de gestão, entre elas, funções de:

***gestão (organização e funcionamento)*** - assente na existência de um horário alargado que cubra a totalidade dos tempos letivos, recursos humanos com formação, recursos físicos, documentais e tecnológicos atuais, com qualidade e em quantidade suficiente para satisfazer as exigências dos utilizadores;

***difusão da informação*** - eficiente e com recurso às Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação, como Blogues, plataforma Moodle, página da BE na internet, por forma a que exista uma interação entre as ações da biblioteca, os seus fundos documentais e a comunidade educativa;

***animação do livro e da biblioteca*** - apresentada como um estímulo à leitura e à frequência do espaço da biblioteca com um ambiente agradável e motivador, não só na pesquisa, produção e difusão da informação, como em atividades que promovam os encontros com escritores, contadores de histórias, ilustradores e artistas das mais diversas áreas de expressão cultural (artistas plásticos, músicos). Exposições temáticas organizadas pela equipa das BE ou pelos alunos. Atividades promotoras de temas como ecologia, saúde, alimentação, poluição, energias alternativas, o livro e os direitos de autor, entre outros, inseridas nos Dias Comemorativos. Apoio a projetos curriculares, extracurriculares e de parcerias externas à escola, como outras BE, a Biblioteca Municipal ou outras entidades locais.

***autoavaliação*** - que no paradigma atual assumiu um papel relevante na importância que as BE têm vindo a assumir nas escolas. O Modelo de Autoavaliação das Bibliotecas Escolares (MABE<sup>15</sup>), vem afirmar e reconhecer que estas são peças fundamentais para "as aprendizagens, para o sucesso educativo e para a promoção da aprendizagem ao longo da vida." <sup>16</sup> (RBE, Modelo de Autoavaliação das Bibliotecas Escolares, 2011).

A tomada de consciência dessa importância e desse impacto no processo ensino aprendizagem, só se verifica, se as atividades promovidas pelas BE foram objeto

---

<sup>15</sup> Documento que orienta o processo de avaliação das atividades desenvolvidas pelas BE e o seu impacto no sucesso dos alunos.

<sup>16</sup> Disponível na WWW.<URL: <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/83/mabe.pdf>>

de avaliação, por forma a definir o grau de eficiência e de eficácia dos serviços que prestam às comunidades educativas onde estão inseridas, bem como determinar a satisfação dos seus utilizadores.

As referidas funções são, indiscutivelmente, fundamentais para que as BE funcionem de forma ativa, integrada, colaborativa e motivadora de práticas de sucesso pedagógico, mas para além disso é nosso dever formar utilizadores ativos, autónomos na procura de informação e no desenvolvimento de competências para a aprendizagem ao longo da vida, pelo que é recomendável o recurso a procedimentos técnicos nomeadamente de classificação do fundo documental com base em normas internacionalmente instituídas.

A Classificação Decimal Universal, enquanto classificação mais implementada na generalidade das bibliotecas, incluindo as BE, não se apresenta questionável, nem para os professores bibliotecários, nem para os professores, que a veem como única forma de classificar e cotar os documentos. Não se questionam sobre a qualidade, nomeadamente no acesso fácil aos documentos arrumados em estante, que é o objetivo primeiro de qualquer classificação que é utilizada em simultâneo como cota para os documentos. Para satisfazer os requisitos vários dos sistemas de finalidade, implementados nas BE, na medida em que não cumprem eficazmente o seu papel de interface entre o documento e o utilizador do mesmo, pois o código CDU que reporta à cota não é em si mesmo significativo.

Por tudo isto, aquando da entrada de novos alunos para o Jardim de Infância e Escola do 1.º Ciclo, muitas são as estratégias lúdicas para agilizar o primeiro contacto com a CDU.

As atividades de animação surgem como uma mais-valia neste processo e, por assim o entendermos, efetuamos Visitas Guiadas a todos os grupos dos Jardins de Infância e estabelecimentos do 1.º Ciclo<sup>17</sup> no início do ano letivo da abertura das BE (a partir daí as visitas só se fazem aos alunos que entram na escola pela primeira vez).

---

<sup>17</sup> 27 turmas do 1.º Ciclo e 12 grupos de Jardim de Infância

Estas visitas guiadas consistem inicialmente na distribuição de Guias de Utilizador, que contêm informações úteis para os utilizadores como:

- normas de funcionamento e de gestão das BE;
- horário de funcionamento e de atendimento a Encarregados de Educação;
- áreas funcionais (atendimento, multimédia, audiovisual, leitura informal, leitura formal, continho da Hora do Conto) com o número respetivo de lugares disponíveis;
- normas de utilização, indicando os direitos e deveres dos utilizadores;
- normas para a promoção do empréstimo de livros aos alunos dentro e fora da escola, por forma a que este serviço seja eficaz e beneficie o acesso igualitário ao livro e à leitura.

Para além da entrega, leitura e explicação do referido Guia de Utilizador e com o intuito de agilizar o “primeiro contacto com a CDU” promovemos a “*Hora do Conto*” contando oralmente uma adaptação da história da CDU<sup>18</sup>, gentilmente cedida pela Dra. Maria José Vitorino. Esta versão adaptada da CDU foi inicialmente criada pelas bibliotecas de Guadalajara em Espanha, o que nos leva a constatar que estas bibliotecas sentiram, também uma necessidade de simplificar a informação sobre esta Classificação, para que o seu código fosse melhor compreendido pelos jovens utilizadores. Várias são as bibliotecas que, em Portugal, recorreram a esta história e a divulgaram, junto dos seus utilizadores, sob a forma de slides colocados nos seus sítios de internet, como a BE do 2.º e 3.º Ciclos de Vilar Formoso<sup>19</sup>, a Biblioteca Municipal de S. João da Pesqueira<sup>20</sup>, o Agrupamento de Escolas de Pinhel<sup>21</sup>, entre outras.

A adaptação que fizemos à “história da CDU” foi apresentada oralmente, por entendermos que contar histórias desenvolve nos utilizadores, com idades

---

<sup>18</sup> ESTÓRIAS de bibliotecas: a Classificação Decimal Universal (CDU). - Adaptado da versão contada aos mais novos e nas primeiras visitas guiadas à biblioteca de Guadalajara, Espanha. Disponível na WWW<URL:<http://domundoflutuante.blogspot.pt/2012/10/cdu-para-criancas-e-adolescentes.htmls>>

<sup>19</sup>Disponível na WWW<URL:<http://WWW.eb23svilarformoso.edu.pt/documentos/jornal12006-2007.PDF>>

<sup>20</sup>Disponível na WWW<URL:[http://www.sjpesqueira.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_PaginaId=42807](http://www.sjpesqueira.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=42807)>

<sup>21</sup> Disponível na WWW<URL [http://issuu.com/teimoso/docs/cdu\\_contada\\_s\\_crian\\_as\\_2010](http://issuu.com/teimoso/docs/cdu_contada_s_crian_as_2010)>

compreendidas entre os 3 e os 10 anos, inúmeras competências, como o saber ouvir, estimulando o interesse pela leitura, o desenvolvimento da criatividade e o gosto pelo maravilhoso. O conto alimenta a imaginação das crianças, ajudando-as a entender a realidade e a satisfazer as suas necessidades. Assim atingimos, não só o objetivo de melhorar o entendimento sobre os códigos CDU, como desenvolvemos a cumplicidade necessária entre os alunos/leitores e o professor bibliotecário.

Complementarmente e como forma de avaliar os conhecimentos apreendidos, percebendo as dificuldades dos utilizadores, realizaram-se ações complementares de caráter lúdico como: jogos de “*Encontra o livro*” ou *Pedipapers* (observar as estantes da BE para encontrar obras e verificar se estão arrumadas segundo a CDU). Estes jogos foram planificados com base em práticas divulgadas em *laboratórios de promoção da leitura* do sítio da Casa da Leitura<sup>22</sup>. Efetuamos as adaptações necessárias tendo em conta a especificidade de cada grupo/turma (número de alunos, ano de escolaridade, competências leitoras).

Estas atividades foram sendo alteradas ao longo dos anos, tendo em conta o perfil de cada turma e as metas definidas no Projeto Educativo do Agrupamento<sup>23</sup>. Apesar de verificar que as estratégias utilizadas nas Visitas Guiadas aos alunos no início do ano, melhoravam a sua autonomia no acesso aos recursos da BE, continuávamos a interrogar-nos sobre as questões que se prendem com a normalização que, em nosso entender, devem fundamentar as tomadas de decisão por parte dos bibliotecários, nas suas práticas biblioteconómicas.

Assim, surgiu a necessidade e o interesse em efetuar um estudo que trouxesse respostas para as questões que se nos colocam nesta matéria.

Desta forma, propusemo-nos efetuar uma recolha sistemática de informação com o intuito de encontrar respostas para as nossas perguntas de partida.

A metodologia adotada para a recolha de informação, foi o inquérito. Este vai servir de base à elaboração do questionário que iremos enviar aos bibliotecários municipais, responsáveis pelo SABE, do distrito de Lisboa. A escolha desta população a

---

<sup>22</sup>Disponível na WWW.<URL:<http://www.casadaleitura.org/>>

<sup>23</sup> O Projeto Educativo (PE) é um documento regulamentado pelo Dec. Lei nº 75/2008, e consagra a orientação educativa no sentido em que nele se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais os agrupamento de escolas se propõem cumprir na sua função educativa.

inquirir assenta na constatação de que é o SABE, (se formalizado) ou os técnicos da Biblioteca Municipal que efetuam o tratamento técnico do fundo documental das Bibliotecas Escolares do 1.º Ciclo. Desta forma ficaremos a saber se a CDU é muito ou pouco utilizada e se recorrem a adaptações.

A escolha deste método de investigação assenta em vários pressupostos, nomeadamente o da definição apresentada por Quivy e Campenhoudt, relativamente ao inquérito por questionário, que nos pareceu ser a metodologia adequada para o estudo em questão, pois consideram que o inquérito por questionário consiste em

“colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimento de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse aos investigadores.” (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2008).

Entendemos que, o inquérito por questionário é, não só bastante fiável, se tivermos em linha de conta o respeito pelos corretos procedimentos metodológicos na sua conceção, seleção dos inquiridos e aplicação no terreno, como objetivo, uma vez que confere ao objeto de estudo um estatuto científico. Para além disso, o questionário também nos permite o recurso ao e-mail, como canal de comunicação entre o investigador e os inquiridos, o que nos parece ser o mais adequado para uma aplicação rápida e eficaz no preenchimento dos questionários.

Não descuidamos, na elaboração do questionário, a importância que as questões fechadas assumem na objetividade do trabalho de investigação, pois não permitem a ambiguidade nas respostas, uma vez que, apresentamos um número limitado de respostas a que o inquirido pode responder. Salientamos também as, não menos importantes, instruções sobre o modo de responder, apresentando-as de forma clara, curta e precisa, através da colocação de uma cruz na opção de resposta escolhida.

No entanto, reveste significativa importância que algumas respostas possam ser semiabertas sempre que quisermos uma explicação sobre as respostas colocadas como forma de complementar as respostas fechadas. Assim sendo, elaboramos um questionário composto por onze questões fechadas e uma aberta (última) para permitir ao inquirido completar a informação, tornando-a mais detalhada e esclarecedora, do que

resulta para o investigador numa maior facilidade de análise qualitativa na forma como o inquirido olhe para determinada realidade.

Elaborado o questionário, redigimos uma breve apresentação do objeto de estudo e do investigador, testamo-lo junto de um grupo informal de professores bibliotecários, para verificar se todas as questões que se pretendem investigar estavam contempladas e se a linguagem utilizada era adequada aos destinatários.

De seguida procedeu-se ao levantamento do número de Bibliotecas Municipais existentes no distrito de Lisboa e, para efetuar o envio do questionário para os bibliotecários municipais responsáveis pelo SABE, recorremos ao correio eletrónico, por forma a que este suporte digital facilitasse o preenchimento do questionário e o seu reenvio.

O levantamento efetuado levou-nos a um universo de dezasseis Bibliotecas Municipais que a seguir se apresentam:

### **BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DO DISTRITO DE LISBOA**

<b>CONCELHO</b>	<b>BIBLIOTECA MUNICIPAL</b>
Alenquer	Biblioteca Municipal de Alenquer
Amadora	Biblioteca Municipal da Amadora
Arruda dos Vinhos	Biblioteca Municipal Irene Lisboa
Azambuja	Biblioteca Municipal António Botto
Cadaval	Biblioteca Municipal do Cadaval
Cascais	Biblioteca Municipal de São Domingos de Rana
Lisboa	Biblioteca Municipal de Lisboa
Loures	Biblioteca Municipal José Saramago
Lourinhã	Biblioteca Municipal da Lourinhã
Mafra	Biblioteca Municipal de Mafra
Odivelas	Biblioteca Municipal D. Dinis
Oeiras	Biblioteca Municipal de Oeiras
Sintra	Biblioteca Municipal de Sintra
Sobral de Monte Agraço	Biblioteca Municipal de Sobral de Monte Agraço
Torres Vedras	Biblioteca Municipal de Torres Vedras
Vila Franca de Xira	Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira

O critério de seleção deste grupo de inquiridos foi intencional, pois todos pertencem ao mesmo grupo profissional (bibliotecários municipais) e desempenham funções de coordenação/supervisão do SABE – serviço responsável pelo tratamento técnico do fundo documental das Bibliotecas Escolares do 1.º Ciclo.

Assim, estruturamos o nosso trabalho em cinco capítulos, sendo que o primeiro faz uma abordagem às Bibliotecas Públicas, suas valências, com destaque para o SABE e a sua cooperação com a Rede de Bibliotecas Escolares, através dos acordos de cooperação.

No segundo capítulo, apresentamos a origem e os fundamentos da Rede de Bibliotecas Escolares e o papel das Bibliotecas Escolares nas escolas.

Colocamos em destaque a CDU, em capítulo próprio (quarto), por se tratar do nosso objeto de estudo, mas abordamos no capítulo anterior (terceiro capítulo), as linguagens documentais existentes de uma forma geral e as mais utilizadas de forma mais específica, como a Classificação Decimal de Dewey (DDC ou DC), a Classificação da Biblioteca do Congresso (LCC) e a Classificação de Colon (CC).

Terminada a abordagem teórica do nosso trabalho de investigação em concreto, elaboramos o quinto capítulo, onde explicitamos o processo de elaboração do inquérito por questionário, a sua aplicação, recolha e tratamento dos dados.

Finalizamos este trabalho de investigação com a conclusão e as perspetivas deixadas em aberto para estudos futuros.

Para efetuarmos as citações e a referência bibliografia utilizamos a Norma Portuguesa 405. A organização do trabalho cumpre as normas estabelecidas pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Normas para a elaboração e apresentação de tese de Doutoramento (aplicáveis às dissertações de Mestrado)

## **Capítulo 1 - A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP): os SABE e a RBE**

*“... a Unesco deposita na biblioteca pública como força viva  
ao serviço de educação, da cultura e da informação e como instrumento  
indispensável ao serviço da paz e da compreensão internacional.”*

*In Manifesto da UNESCO sobre a Biblioteca Pública*

Para entendermos a problemática em estudo, torna-se imprescindível falar da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), por forma a estabelecermos uma linha condutora entre as Bibliotecas Públicas e os respetivos Serviços de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE), a sua ligação protocolar à Rede de Bibliotecas Escolares e consequentemente às Bibliotecas Escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Desta forma, abordaremos a origem da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e o serviço público que as mesmas prestam em geral às populações locais e em particular às Bibliotecas Escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico, através do respetivo SABE.

Em 1986, por iniciativa da Secretaria de Estado da Cultura<sup>25</sup>, é definido no Despacho N.º 23/86, de 3 de Abril, a criação de um grupo de trabalho, do qual fez parte Maria Teresa Calçada<sup>26</sup>, com o intuito de elaborar um relatório<sup>27</sup> que apresentasse as medidas a serem tomadas, quer no plano orçamental e normativo, quer no plano das responsabilidades autárquicas e da administração central, para a implementação e funcionamento eficaz de uma rede de Bibliotecas Municipais. Para além disso, era imprescindível a apresentação de uma proposta para uma “política nacional participada de leitura pública”<sup>28</sup>.

O desafio estava lançado e o grupo de trabalho propõe-se, assim, identificar a rede de Bibliotecas Municipais existente em Portugal, atribuir responsabilidades de intervenção no terreno, definir competências das diversas entidades envolvidas

---

<sup>25</sup> Teresa Patrício Gouveia – Ministra da Cultura de então e atualmente Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian, antiga ministra dos Negócios Estrangeiros, antiga Secretária de Estado da Cultura.

<sup>26</sup> Atual coordenadora da RBE

<sup>27</sup> LEITUA PÚBLICA Rede de Bibliotecas Municipais - relatório/Coord. Maria José Moura, [et al.]. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1986

<sup>28</sup> Despacho n.º 23/86, de 3 de Abril

(centrais, regionais e autárquicas) e indicar um valor orçamental para as despesas previstas.

Assim, apresentam sugestões estruturais ao nível da leitura pública. Estas sugestões contemplam a existência de uma coleção bibliográfica atualizada, pluralista e abrangente de todas as áreas do conhecimento, diversificada em termos de suportes e disponível para o utilizador em regime de livre acesso. Assinalam, também, a importância do empréstimo domiciliário e da conservação dos documentos, bem como do trabalho colaborativo com as instituições locais, nomeadamente as escolas. As referidas sugestões são mencionadas como uma mais-valia para a realização das exigências culturais dos utilizadores.

As medidas sugeridas pelo grupo de trabalho, veem romper com as práticas instituídas nas 97 Bibliotecas Públicas que existiam nos finais dos anos oitenta, pois estavam, essencialmente vocacionadas para a conservação dos documentos. As Bibliotecas Públicas existentes possuíam fundos documentais desatualizados, com um número insuficiente de documentos e o utilizador não tinha livre acesso às estantes, nem usufruíam de empréstimo domiciliário. Para além disso, as atividades de animação e colaboração interbibliotecas ou com as instituições locais eram inexistentes ou escassas.

Perante esta realidade, o grupo de trabalho definiu que, para um efetivo desenvolvimento dos hábitos de leitura, seria necessária a criação de uma Rede de Bibliotecas de Leitura Pública que tornasse as Bibliotecas Públicas em polos sociais e culturais atrativos e dinâmicos, cujas práticas viessem ao encontro de diretrizes internacionais, como o Manifesto da Unesco sobre a Biblioteca Pública, uma vez que, este documento define Biblioteca Pública como “uma instituição democrática de ensino, de cultura e de informação”, que fomenta o acesso fácil e generalizado a toda a comunidade, “sem distinção de raça, cor, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, situação social ou nível de instrução” (UNESCO, 1983).

O relatório contemplava as designadas BM1, BM2 e BM Satélite e a verba a atribuir a cada biblioteca estariam de acordo com a sua tipologia/área. Assim, as BM deveriam possuir espaços destinados a exposições, secção de adultos e infantil, secção de audiovisuais, sala polivalente para as atividades de animação e salas de trabalho

técnico e de armazenamento dos documentos. A existência de um bibliotecário com formação na área era também imprescindível para o sucesso deste programa - tipo.

Após a apresentação do relatório conclusivo sobre o estado das Bibliotecas Públicas na década de oitenta, e feita a sugestão para a criação de uma Rede de Bibliotecas de Leitura Pública com recursos e serviços adequados às diretrizes físicas, humanas, documentais e culturais emanadas pelas instituições internacionais. Assim, é publicado, em 1987, o Decreto-Lei nº 111/87, de 11 de Março<sup>29</sup>, onde se estabelecem as regras gerais para o lançamento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas no âmbito da cooperação técnica e financeira entre o Estado e os municípios. Salienta-se, ainda, neste Decreto-Lei a importância da existência de uma Rede de Bibliotecas Municipais com cobertura em todo o país e que assuma como objetivo prioritário, o “desenvolvimento cultural” (DECRETO-LEI n.º111/87). Define ainda, a implementação de um programa de intervenção, onde diversos parceiros (autarquias e Instituto Português do Livro e da Leitura) regulamentam o papel de ambas as partes, sendo definido no artigo 3.º que os contratos-programa devem contemplar os seguintes elementos:

- “ a) Identificação, localização, construção ou adaptação de edifícios e respetiva área de proteção e reserva;
- b) Projeto, adjudicação e acompanhamento e vistoria final da obra;
- c) Definição das características do equipamento;
- d) Constituição e atualização periódica dos fundos documentais;
- e) Plano de atividades culturais.” (DECRETO-LEI n.º 111/87)

Inicia-se, desta forma, um programa que ainda hoje vigora e que colocou as Bibliotecas Públicas portuguesas num patamar de igualdade com as suas congéneres europeias, pois são atualmente lugares de promoção cultural, com coleções em diversos suportes (papel e digital) que integram monografias, publicações periódicas, documentos áudio e vídeo. Para além disso, promovem a consulta local e o empréstimo domiciliário. Destacam-se também, no paradigma atual da sociedade de informação, pela sua atuação na promoção do acesso gratuito à internet, promovendo a igualdade de oportunidades, não só no acesso aos recursos digitais, mas também no apoio à

---

<sup>29</sup> Disponível na WWW.<URL: <http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/C838C79B-BF19-4178-98C5-BB12A063B9FA/125270/DecretoLein11187de11deMarço.pdf>>

autoformação dos utilizadores fomentando a “alfabetização no domínio das técnicas para o acesso e manipulação dessa informação” (MOURA, 1996)<sup>30</sup>.

Dos referidos serviços prestados pelas Bibliotecas Públicas, destacamos a colaboração que desenvolvem em diversas áreas de intervenção com as instituições locais, nomeadamente nas Bibliotecas Escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico onde esta cooperação mais se tem destacado, principalmente no apoio à candidatura ao programa da Rede de Bibliotecas Escolares, na seleção do mobiliário, equipamento e fundo documental, no apoio técnico especializado e na promoção de atividades de animação e de leitura para os alunos.

Embora, não seja uma realidade generalizada, as BM são, na sua maioria, as parceiras de excelência das BE, particularmente das do 1.º Ciclo do Ensino Básico, pelo significativo contributo para o sucesso das BE no cumprimento da sua missão.

Com base neste pressuposto foi criado o Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares que, através de acordos de cooperação<sup>31</sup> assinados entre o Ministério da Educação, representado pelos Agrupamentos de Escolas do concelho, a Rede de Bibliotecas Escolares, a Direção Regional de Educação e as Câmaras Municipais, definem em Diário da República, os objetivos da Biblioteca Escolar; as modalidades de apoio; o envolvimento dos parceiros e o financiamento.

Salienta-se a Cláusula 6.ª, onde na alínea d) se refere a necessidade de:

“ Dotar, de forma progressiva, a Biblioteca Municipal (em concelhos que disponham deste equipamento) dos recursos humanos e materiais necessários ao funcionamento de um serviço que assegure o apoio técnico às bibliotecas escolares do Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE) e a cooperação interbibliotecas, de forma a complementar e potenciar os recursos documentais a nível local.”<sup>32</sup>

Este apoio técnico é fundamental e tem como principal objetivo “proporcionar procedimentos normalizados para o empréstimo interbibliotecas”<sup>33</sup> (IFLA, 1983).

---

<sup>30</sup> RELATÓRIO SOBRE AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM PORTUGAL/ coord. Maria José Moura, [et al.]. Lisboa: Ministério da Cultura, 1996

<sup>31</sup> Disponível na WWW.<URL: <http://belex.wetpaint.com/page/Protocolos.Municipios+DRE>>

<sup>32</sup> Diário da República, 2.ª série – N.º 226 – 23 de Novembro de 2006

<sup>33</sup> International Lending and Document Delivery: Principles and Guidelines for Procedure. IFLA – Modelo de código Nacional de Empréstimo Interbibliotecas. 1983

Os referidos documentos: acordos de cooperação SABE e o Modelo de Código Nacional de Empréstimo Interbibliotecas - IFLA 1983, justificaram a nossa escolha em relação à população a inquirir neste trabalho de investigação (bibliotecários municipais responsáveis pelo SABE), pois são os SABE os serviços responsáveis pelo tratamento documental do fundo bibliográfico das Bibliotecas Escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e, naturalmente, pela utilização da Classificação Decimal Universal (CDU), na qual assenta o nosso objeto de estudo.

Apesar de existirem esforços para que os acordos de cooperação sejam cumpridos, nem sempre é possível a sua plena execução, tendo em conta a diversidade de atividades que as Bibliotecas Municipais desenvolvem junto das comunidades locais e a insuficiência de recursos humanos a ela afetos.

Segundo Sérgio Mangas (2011), responsável pela Biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos, este novo serviço atribuído às Bibliotecas Municipais tem “ um efeito perverso” no funcionamento das mesmas, pois salienta, no seu artigo de opinião<sup>34</sup>, que as populações e os autarcas consideram que as Bibliotecas Públicas privilegiam o apoio aos alunos, o que, em seu entender, diminui os serviços e as atividades dirigidas à comunidade envolvente. Para além disso, considera ainda que, o SABE trouxe um acréscimo de trabalho que não é compatível com a escassez de recursos humanos existentes nas Bibliotecas Municipais.

Também José António Calixto (1996) refere que a resposta das BM dada às solicitações estabelecidas no relatório efetuado para a criação do Programa de Rede de Bibliotecas Escolares, não foi a mesma em todo o país, tendo em conta a inexistência de uma “política nacional definida para estas atividades” (CALIXTO, 1996). Assim, as BM desempenharam as suas funções, enquanto serviço SABE, mediante a boa vontade política das autarquias e a sensibilidade dos bibliotecários. Para além disso, Calixto, tal como Sérgio Mangas, também evidencia que as BM não conseguem dar uma resposta eficaz às solicitações das BE, pois carecem de recursos (espaço, pessoal e documentação).

---

<sup>34</sup> Disponível na WWW.<URL: <http://WWW.bad.pt/noticia/2011/07/30/para-que-serve-uma-biblioteca-municipal/>>

Pelo exposto, consideramos que, apesar de alguns constrangimentos, a cooperação entre as Bibliotecas Públicas e a Rede de Bibliotecas Escolares é uma realidade que se revela pertinente e útil para o bom funcionamento das Bibliotecas Públicas em geral e das BE em particular. As BE beneficiam com todo o apoio prestado pelo SABE, não só aquando da candidatura à RBE, mas também em todo o processo de aquisição de mobiliário, equipamento e fundo documental, bem como no tratamento técnico do mesmo. As Bibliotecas Municipais, por sua vez, beneficiam porque se aproximam do público infanto-juvenil com mais facilidade. As reuniões periódicas que se promovem entre o representante do SABE e o professor bibliotecário levam a que este tome conhecimento das atividades de animação, promovidas pela Biblioteca Municipal para os estudantes do seu concelho, e as divulgue junto da comunidade escolar, garantindo, assim, a existência de público nas mesmas.

## **Capítulo 2 - A Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) e o papel das Bibliotecas Escolares (BE) na escola**

*“ As bibliotecas escolares têm um papel transformador na vida dos estudantes (...) ajudando o desenvolvimento intelectual, social e cultural dos estudantes.”*

*In Ross Todd, Jornal da Biblioteca Escolar, 4/01/2008*

No decorrer do que anteriormente referimos, torna-se fundamental abordar a importância que a implementação em Portugal da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) teve na melhoria das condições físicas e humanas das Bibliotecas Escolares (BE) de todos os níveis de ensino, com especial destaque para as do 1.º Ciclo do Ensino Básico, para que possamos compreender melhor o nosso objeto de estudo.

Os índices preocupantes de hábitos e práticas de leitura dos alunos levaram os Ministros da Educação e da Cultura a assinarem, em dezembro de 1995, o Despacho Conjunto nº43/ME/MC/95, de 29 de Dezembro, para que fosse criado um grupo de trabalho para analisar esses índices de leitura e apresentar medidas que conduzissem à criação e desenvolvimento de Bibliotecas Escolares (BE) em Portugal.

O grupo de trabalho, coordenado por Isabel Veiga<sup>35</sup>, incluía a participação de Teresa Calçada<sup>36</sup> e propunha-se elaborar um relatório que permitisse a criação de um Programa de lançamento da Rede de Bibliotecas Escolares. Este grupo sugeria a criação de Bibliotecas Escolares segundo as orientações emanadas da UNESCO. Assim recomendavam a criação de BE com espaços e equipamentos necessários à recolha, tratamento e disponibilização de documentos em diferentes suportes.

Desta forma, justificava-se a importância da criação de BE que deveriam ser concebidas como polos de recursos educativos, ao dispor de alunos e professores, para serem integrados nas atividades curriculares letivas e não letivas, bem como na ocupação de tempos livres e de lazer. As BE deviam assumir-se nas escolas como espaços “autónomos de aprendizagem e ocupação de tempos livres” (VEIGA E OUTROS, 1996) e, com regras de funcionamento e gestão, que incluíssem medidas

---

<sup>35</sup> Licenciada em Filosofia pela Faculdade de Letras de Lisboa. Mestre em Ciências da Educação pela Universidade de Boston. Foi Ministra da Educação do XVIII Governo Constitucional. Co-autora de diversas obras de literatura juvenil que assina com o pseudónimo de Isabel Alçada.

<sup>36</sup> Coordenadora do Gabinete de Rede de Bibliotecas Escolares, do Ministério da Educação, desde 1996. Comissária Adjunta do Plano Nacional de Leitura

como o livre acesso, a existência de zonas funcionais (Atendimento, Audiovisual, Multimédia, Leitura Informal e Leitura Individual) e equipas educativas com competências no domínio da animação pedagógica, da gestão de projetos, da gestão da informação e das ciências documentais. Evidenciam, também, a importância de uma dotação orçamental própria para atualização do fundo documental e dos equipamentos.

É, também referida, neste relatório, a importância dos apoios que devem ser facultados às BE, quer a nível nacional, quer a nível regional e local. O apoio a nível nacional seria facultado pelo Ministério da Educação através da criação da Rede de Bibliotecas Escolares com funções específicas na criação, incentivo e acompanhamento de iniciativas no domínio das BE. O apoio regional seria facultado pelas instituições de formação, no sentido de atuarem junto das equipas educativas proporcionando-lhes o acesso a formações específicas na área das BE. No apoio a nível local destacam-se o apoio técnico e a disponibilização de recursos de informação inexistentes nas BE, facultado pelas Bibliotecas Municipais.

Como referimos, são definidos, neste relatório, os princípios gerais das BE, que se assumem como centros de recursos de excelência no processo educativo, nomeadamente nos domínios de:

- “(i) aprendizagem da leitura;
- (ii) competência (literacia);
- (iii) criação e o desenvolvimento do prazer de ler e a aquisição de hábitos de leitura;
- (iv) capacidade de seleccionar informação e actuar criticamente perante a quantidade e diversidade de fundos e suportes que hoje são postos à disposição das pessoas;
- (v) desenvolvimento de métodos de estudo, de investigação autónoma;
- (vi) aprofundamento da cultura cívica, científica, tecnológica e artística.”

(VEIGA e OUTROS, 1996).

É também referido neste documento “Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares” a necessidade da criação de um Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE), integrado nas Bibliotecas Municipais. Este serviço, enquanto recurso técnico especializado desempenharia diversas funções, como prestar colaboração técnica no que respeita a gestão, organização e funcionamento da BE, facultar o acesso a recursos físicos e de informação, através de empréstimo prolongado ou empréstimos especiais para o desenvolvimento de projetos e apoiar na correta utilização dos recursos existentes nas BE. A prestação destes ou outros serviços deveriam ser estipulados em acordos de cooperação assinados entre o Ministério da Educação e as autarquias.

Após a apresentação do relatório, é criada, em Portugal, em 1996/7 a Rede de Bibliotecas Escolares, que através de um processo de candidatura nacional, permitiria a criação de BE em todos os níveis de ensino. Este processo de candidatura assenta no cumprimento de determinadas exigências, tais como a existência, na escola, de um espaço físico adequado à implementação da BE e recursos humanos com formação na área da biblioteconomia ou da animação da leitura. Para além disso, as modalidades de funcionamento e gestão devem basear-se nas diretrizes internacionais; no desenvolvimento de projetos e das literacias da informação, com recurso às Novas Tecnologias da Informação e atividades de animação pedagógica.

O Programa Rede de Bibliotecas Escolares baseou-se e desenvolveu-se segundo referências internacionais que, ajustados à realidade portuguesa, modificaram a visão e os objetivos das BE junto das Comunidades Educativas (alunos, professores, pais e encarregados de educação, assistentes operacionais e pessoal administrativo), tornando-as nos espaços mais qualificados das escolas.

O sucesso deste programa assenta, não só no investimento feito ao nível das instalações, dos equipamentos, dos recursos documentais e humanos, mas também em toda a dinâmica pedagógica e cultural que as BE promovem nas escolas de todo o sistema de ensino (do 1º Ciclo ao ensino Secundário). Esta dinâmica reveste-se de especial importância no paradigma das sociedades atuais e é neste sentido que o professor bibliotecário deve assegurar na BE um modelo organizacional, que seja capaz de impulsionar as mudanças necessárias, na atividade letiva, para proporcionar o acesso à informação e ao conhecimento. A atuação do professor bibliotecário ganhou visibilidade, através da criação da função de professor bibliotecário definida na Portaria 756/2009, de 14 de Julho. Esta Portaria, veio, no nosso entender, valorizar a formação académica do professor bibliotecário e a sua atuação no terreno.

As BE são hoje uma realidade no processo de ensino e aprendizagem, não só pelo seu espólio, que representa um complemento aos manuais escolares, pela sua atualidade e diversidade de suporte dos seus documentos (livros, jornais, revistas, documentos audiovisuais e em formato digital, bases de dados eletrónicas), mas também pelo trabalho colaborativo que é desenvolvido entre os docentes e os professores bibliotecários que garantem, assim, uma aprendizagem assente na pesquisa bibliográfica

e na produção de conhecimento de forma dinâmica e diversificada. Desta forma, fica salvaguardada a missão das BE que, segundo as Diretrizes da IFLA/UNESCO para as Bibliotecas Escolares (trad.2006), as define como serviços que “proporcionam informação e ideias fundamentais para sermos bem-sucedidos na sociedade atual, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos estudantes competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis”

A importância do papel das BE nas escolas é hoje uma realidade indiscutível e defendida por diversos autores como Lino Silva (2000) que refere que as BE devem “responder às intenções formativas da escola e preparar leitores, do presente para o futuro, predispondo-os para a frequência de outras bibliotecas” e Hannesdóttir (1995) que enuncia a importância das funções da BE nas escolas, baseadas em princípios informativos, educacionais, culturais e recreativos postos em prática em prol de toda a comunidade escolar.

Estes princípios são a referência para a elaboração de Planos de Ação que são elaborados anualmente (ano letivo) pelo professor bibliotecário e pela equipa educativa, para pôr em prática em colaboração com a Direção do Agrupamento de Escolas, os docentes, os alunos e os Encarregados de Educação, para que exista uma gestão integrada da BE na escola e uma rentabilização dos seus recursos por parte dos utilizadores, mobilizando, desta forma, a comunidade escolar para o valor e para o trabalho desenvolvido na BE.

## **Capítulo 3 – Linguagens Documentais: tipologias e princípios gerais**

### 3.1. Linguagens Documentais

As linguagens documentais são sistemas de classificação que, conforme a autora Rosa San Segundo Manuel (1996) nos permitem agrupar ou ordenar os documentos segundo o seu conteúdo, formando grupos dentro dos campos do conhecimento humano que resultam em compartimentos conceptuais. Estes compartimentos regem-se por normas que estabelecem a ordem do assunto, quer este seja um nome ou um símbolo, e permita a recuperação do documento, mediante as necessidades informativas do utilizador.

Por isso, estas linguagens, possibilitam, não só a identificação do conteúdo dos documentos, como também constituem “pontos de acesso para a sua futura recuperação” (DIEZ CARRERA, 1999).

As linguagens documentais apresentam-se segundo três tipologias:

1. Linguagens Livres – que compreendem as Listas de Unitermos; as Listas de Palavras-chave e os glossários;
2. Linguagens Controladas (poscoordenadas) - onde se enquadram os Encabeçamentos por Assunto e os Tesauros. Estes são criados mediante as necessidades da investigação científica e da evolução terminológica, estando, por isso, em permanente atualização;
3. Linguagens Codificadas (precoordenadas) – onde se incluem os Sistemas de Classificação – são criadas previamente, ou seja antes da normalização terminológica das áreas do conhecimento para as quais se destinam.

As Linguagens Livres implicam uma seleção de noções consideradas fundamentais para a recuperação da informação e podem ser retiradas do título, de um resumo ou de um texto. A escolha é feita livremente pelo documentalista, sem qualquer controle científico.

Por sua vez, as Linguagens Controladas são mais seletivas, uma vez que a unidade desta linguagem “non son las palabras, sino los conceptos” (MOREIRO

GONZÁLEZ, 2004), pelo que podem ser poscoordenados no momento de fazer a recuperação.

Os sistemas de classificação integrados, como referimos, nas linguagens codificadas, possuem estruturas hierárquicas, que abarcam todas as áreas do conhecimento, pelo que são muito utilizadas pelas bibliotecas generalistas.

Para além disso, os sistemas de classificação com linguagens preordenadas e poscoordenadas, podem ser utilizadas em simultâneo, de forma complementar, apesar de obedecerem a diferentes procedimentos de classificação. Assim, algumas bibliotecas utilizam a Classificação Decimal Universal para uma descrição de primeiro nível, para a arrumação do livro na estante e para a elaboração de catálogos e utilizam os Tesouros especializados para efetuarem a indexação de artigos de periódicos e outros documentos.

A utilização de classificações mistas também pode permitir uma resposta mais eficaz na recuperação da informação, tendo em conta que estas classificações acrescentam a síntese ao sistema enumerativo, uma vez que este pode não ser suficiente para abarcar todos os assuntos representados num documento, por um determinado autor, “ menos aún si se trata de materias complejas” (GIL URDICAÍN, 1996).

Com estas características, destacamos a Classificação Decimal Dewey e a Classificação Decimal Universal, pois ambas têm como base um sistema enumerativo que recorre à síntese e à análise por facetas.

No entanto, não existem sistemas puros, “ninguno es por entero analítico o sintético” (GIL URDICAÍN, 1996). Todos têm em comum tabelas básicas, mas que apresentam a possibilidade de construir uma notação que não apareça já pré-estabelecida.

Para além dos sistemas de classificação apresentarem uma estrutura que podemos classificar como enumerativa, facetada ou mista, possuem ainda, dois tipos de designações quanto ao seu conteúdo – enciclopédicas e especializadas.

As classificações enciclopédicas, são sistemas com listas de termos que abarcam todos os ramos do saber, como as grandes classificações bibliográficas (CDD, CDU e LCC)<sup>37</sup>.

As classificações especializadas referem-se a sistemas que apresentam campos específicos do conhecimento, pelo que as suas listas estão circunscritas a uma área temática em particular. As mais conhecidas são a Classificação Decimal Astronáutica, a Classificação da OCDE<sup>38</sup> e a Classificação Médica da National Library of Medicine.

Para além dos sistemas enciclopédicos referidos anteriormente, existem outros que também se revelaram importantes pelo seu nível de divulgação. É o caso da Classificação de Brown; Classificação Bibliográfica (Bliss) e a Classificação de Colon de Ranganathan.

Estas classificações surgiram pela necessidade de resolver uma situação específica, o que confere a cada uma diferentes características, a designar: a Classificação Decimal Dewey, publicada pela primeira vez em 1873, pretendia ser uma orientação para desenvolver as entradas por assuntos; a Classificação Decimal Universal, publicada em 1907, pretendia organizar de forma eficaz os recursos bibliográficos do Instituto Internacional de Bibliografia, em Bruxelas; a Classificação da Biblioteca do Congresso, criada nos finais do século XIX, tinha em vista a organização do seu acervo, segundo o interesse da coleção e não o encadeamento dos assuntos em base científica; a Classificação de Colon, aplicada na Índia em 1925, surgiu como o resultado da insatisfação de Ranganathan face ao procedimento seguido pelos outros sistemas.

Os sistemas de classificação ou de organização do conhecimento são muito numerosos e os principais devem a sua relevância à grande aplicação prática nas grandes bibliotecas ou em repertórios de grande difusão, de que destacaremos - a Classificação Decimal Universal, a Classificação Decimal de Dewey, a Classificação da Biblioteca do Congresso, a Classificação de Colon e os Tesouros, apresentando de seguida uma abordagem à sua origem e aos seus princípios, de forma mais detalhada.

---

<sup>37</sup> CDD- Classificação Decimal Dewey, CDU- Classificação Decimal Universal, LCC-Classificação da Biblioteca do Congresso

<sup>38</sup> OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. Organização internacional, com sede em Paris, criada a 30 de setembro de 1961.

A Classificação Decimal Universal, anteriormente apresentada como uma linguagem documental será abordada de forma mais pormenorizada, em capítulo separado, por forma a colocar em destaque o nosso objeto de estudo, no sentido de medir o nível de eficácia da sua utilização nas Bibliotecas Escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

### **3.1.1 A Classificação Decimal de Dewey (DDC ou DC)**

Melvil Louis Kossuth Dewey (1851-1931) foi auxiliar da Biblioteca Universitária do Amherst College no Massachusetts que possuía as mesmas características de uma Biblioteca Municipal europeia. Com o intuito de ordenar os fundos documentais, que se encontravam em livre acesso, Dewey criou, em 1873, a Classificação Decimal de Dewey como trabalho académico. Este sistema de classificação surgiu, não só como meio de resolução imediata dos problemas das bibliotecas americanas (a inacessibilidade ao conteúdo dos livros), mas também como um sistema que permitisse organizar economicamente e sistematicamente a Biblioteca Universitária de Amherst College através de uma classificação permanente.

A Classificação Decimal de Dewey insere-se numa linguagem de classificação enciclopédica, pois possui uma estrutura que compreende uma classe de carácter geral e nove mais específicas, podendo cada uma das classes subdividir-se progressivamente em subclasses que, por sua vez, se vão subdividindo até um nível de especificidade necessário para classificar um determinado assunto. Trata-se de um sistema de classificação decimal, que divide o conhecimento em dez grandes áreas ou disciplinas do conhecimento, enumerando-as de 0 a 9 e da seguinte forma:

### TABELA DA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DEWEY

CLASSE	ÁREAS DO SABER
0	GENERALIDADES
1	FILOSOFIA E DISCIPLINAS AFINS
2	RELIGIÃO
3	CIÊNCIAS SOCIAIS
4	LÍNGUAS
5	CIÊNCIAS PURAS
6	CIÊNCIAS APLICADAS (TECNOLOGIA)
7	BELAS ARTES
8	LITERATURA
9	GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Esta classificação possui, ainda, uma notação que permite efetuar uma ordenação lógica dos assuntos e dos documentos e um índice alfabético que remete para a notação, o que permite localizar com facilidade um assunto representado nos números do sistema nas diversas classes.

A classificação de Dewey preocupou-se com a indexação do conteúdo dos livros, sendo considerada a primeira a ter tal preocupação. Dewey pretendia, com este sistema de classificação determinar o conteúdo do livro e não o seu lugar numa estante. Para além disso, ficou também conhecida como a primeira classificação bibliográfica. “É com Dewey que passa a existir classificação bibliográfica no sentido próprio do termo” (MONTEIRO, 2000).

A sua primeira edição (1876) denominava-se *Decimal Classification and Relative Index* e foi apresentada sob a forma de um folheto de 42 páginas (12 p.de Introdução; 12 p. de Tabelas e 18 p. de Índice).

Em 1967, na sua 17ª edição já contava com 2000 páginas e a 21ª edição apresentava quatro volumes (Volume 1- Introdução e Tabelas Auxiliares; Volume 2-

Classes Principais de 0 a 5; Volume 3- Classes Principais de 6 a 9; Volume 4- Índice alfabético e Manual)

Segundo a introdução da sua 20ª edição, este sistema de classificação é usado em mais de 135 países e foi traduzido em mais de 30 idiomas. Nos Estados Unidos é o sistema mais adotado, pois é utilizado em 95% das Bibliotecas Públicas, 25% das Bibliotecas Universitárias e 20% das Bibliotecas Especializadas.

Esta taxa de utilização é justificável tendo em conta a estrutura da Classificação Decimal de Dewey, pois trata-se de um sistema hierárquico, de classificação decimal, estruturado e enumerativo.

Atualmente, a gerência do sistema de classificação DC é feita pela Lake Placid Education Foundation em convénio com a Biblioteca do Congresso que é responsável pela manutenção e desenvolvimento do sistema.

### **3.1.2 A Classificação da Biblioteca do Congresso (LCC)**

A Classificação da Biblioteca do Congresso (LCC - Library of Congress Classification) foi criada para atender, especialmente, às necessidades organizacionais da própria Biblioteca do Congresso, nos Estados Unidos, em Washington,.

Este sistema de classificação desenvolveu-se nos finais do século XIX e apesar de estar em constante expansão e de não possuir uma base científica, serviu as necessidades da Biblioteca do Congresso, tornando-se, conseqüentemente, no mais importante sistema utilitarista.

A primeira arrumação da Biblioteca do Congresso (1800 - data da sua fundação) foi feita tendo em conta o tamanho do livro (formato) e manteve-se com este sistema de arrumação até 1814, data em que ocorreu um incêndio nas suas instalações.

Em 1814 foi adquirida a coleção de livros de Thomas Jefferson, e a arrumação dos livros em estante, passou a ser feita mediante o sistema de classificação de Francis Bacon (adaptado) que dividia o conhecimento em três grandes áreas: Memória, Razão e

Imaginação e a partir destas subdividia-se nas áreas de História, Poesia e Filosofia. Este sistema de arrumação manteve-se até 1897, data em que a biblioteca foi trasladada para outro espaço, o que originou uma nova necessidade de mudança no sistema de arrumação do fundo documental.

Os bibliotecários Martel e Hanson iniciaram um processo de construção de um novo sistema e após a análise de algumas classificações existentes como a Classificação Decimal de Dewey, a Classificação Expansiva de Cutter e o sistema usado na Biblioteca Universitária de Halle, na Alemanha, verificaram que nenhuma satisfazia as necessidades da biblioteca.

Tendo em conta a dificuldade em encontrar uma classificação adequada à especificidade da Biblioteca do Congresso, decidiram criar um sistema próprio, utilitário, sem uma base científica, mas que estivesse de acordo com a especificidade do acervo existente.

Assim, criaram um sistema em que as classes principais estão divididas em 21 grupos temáticos e a independência de cada grupo temático geral é total, pois de cada classe publicaram-se as tabelas de forma totalmente independente, como a seguir se apresenta:

### TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA DO CONGRESSO (LC)

<b>Letra</b>	<b>Assuntos</b>
A	General Works
B	Philosophy, Psychology, and Religion
C	Auxiliary Sciences of History
D	General and Old World History
E	History of America
F	History of the United States and British, Dutch, French, and Latin America
G	Geography, Anthropology, and Recreation
H	Social Sciences
J	Political Science
K	Law
L	Education
M	Music
N	Fine Arts
P	Language and Literature
Q	Science
R	Medicine
S	Agriculture
T	Technology
U	Military Science
V	Naval Science
Z	Bibliography, Library Science, and General Information Resources

Como verificamos, esta notação usa as letras do alfabeto latino, usando as maiúsculas para as classes principais. Para as subdivisões que só aparecem a partir da terceira tabela, também se empregam maiúsculas, mas de tamanho mais reduzido, podendo ir até às três letras. Este sistema apresenta, ainda, tabelas auxiliares de forma, geográfica, cronológica, subdivisões por assunto e tabelas combinatórias.

Atualmente este sistema é utilizado nas grandes Bibliotecas Universitárias nos Estados Unidos e tornou-se, por isso, numa das classificações mais utilizadas.

### 3.1.3 A Classificação de Colon de Ranganathan (C.C.)

O filósofo e matemático S. R. Ranganathan (1892-1972) pretendia divulgar a cultura do seu país (Índia) a partir do momento em que este se tornou independente, pelo que tentou articular a diversidade cultural do seu país com o livro e as bibliotecas.

Ranganathan aplicou a Classificação de Colon na biblioteca da Universidade de Madrás, na Índia, entre 1926 e 1932 para classificar um fundo documental, constituído por aproximadamente 60.000 volumes.

A primeira publicação da CC surge em 1933 e, mais tarde (1944) acrescenta novas categorias que serviriam para qualquer tipo de conhecimento: **Personalidade/Entidade; Matéria; Energia; Espaço e Tempo.**

Trata-se do primeiro sistema de classificação baseado no princípio analítico sintético, que atribuía ao documento uma categoria para posteriormente efetuar uma análise sintética. Desta forma, individualizava o documento atribuindo-lhe uma notação e uma classe específica. Esta metodologia analítica-sintética facilitava, não só a introdução de novos temas, mas também dava uma grande autonomia ao classificador.

A projeção teórica da Classificação de Colon alcançou todo o mundo pelo importante contributo para a teorização da classificação, impulsionando o ressurgimento dos estudos teóricos sobre o assunto. A sua implementação teve especial enfoque na Índia.

A estrutura deste sistema, tem como base uma tabela de assuntos principais (que a seguir se apresenta), onde se incluem as disciplinas do saber tradicional, podendo cada uma ser subdividida em facetas através das características das divisões.

### TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE COLON

CLASSE	DISCIPLINAS DO SABER
Z	Generalidades
1-9	Preliminares
2	Biblioteconomia
B	Matemáticas
C	Física
D	Engenharia
E	Química
F	Tecnologia (incluindo Química tecnológica)
G	Biologia
H	Geologia
I	Botânica
J	Agricultura
K	Zoologia
L	Medicina
LX	Farmácia
M	Artes aplicadas
△	Experiência espiritual e misticismo
N	Belas artes
O	Literatura
P	Linguística
Q	Religião
R	Filosofia
S	Psicologia
T	Educação
U	Geografia
V	História
W	Ciências políticas
X	Economia
Y	Sociologia
Z	Direito

As linguagens documentais supramencionadas, são classificações com estruturas diferentes como forma de classificar a documentação. Cada uma teve de corresponder às exigências específicas de cada instituição, como a dimensão, no caso da Classificação da Biblioteca do Congresso.

A classificação é importante, mas não deve ser encarada como algo estanque. Deve poder adaptar-se e evoluir para assim melhorar a sua aplicação a novas realidades que se prendem com o evoluir do conhecimento, da prática editorial e a forma como atualmente acedemos à informação. Esta ideia é defendida por Moreno Fernández quando refere a importância do reajuste/adaptações das classificações para que possam melhorar a sua eficácia no tratamento documental.

“ Merece la pena esmerarse en la práctica cotidiana de la clasificación, dado que en el entramado de la organización del conocimiento que se nos avecina, las clasificaciones tienen mucho que decir todavía, aunque requieran de transformaciones de envergadura en sus estructuras para mejorar su rendimiento. (MORENO FERNÁNDEZ, 2002)

### 3.1.4 Os Tesouros

A definição de Tesouro é, segundo a Norma Portuguesa 4036 (1992)<sup>39</sup> correspondente à ISO 2788 (1986)<sup>40</sup>, o “vocabulário de uma linguagem de indexação controlada, organizado de maneira a explicitar as relações estabelecidas, à priori, entre os conceitos”. Os Tesouros enquadram-se, assim, nas linguagens documentais com estrutura combinatória, de caráter especializado, baseadas em termos compostos por uma ou mais palavras (descritores) que representam um determinado conceito genérico ou específico e que são, segundo Gimeno Perelló “el núcleo central del tesouro” (1998).

A lista de descritores é estruturada, controlada e selecionada da linguagem natural, para que estes descritores se encontrem relacionados com outros que também existam no Tesouro. Se as relações não forem suficientemente explícitas deve juntar-se uma nota explicativa. Esta nota deverá precisar o sentido escolhido e pode também indicar os sentidos excluídos. Se a mesma noção puder ser expressa por vários

---

<sup>39</sup> Disponível na WWW.<URL:[http://chcul.fc.ul.pt/thesaurus/docs/Norma Portuguesa 4036- 1992->](http://chcul.fc.ul.pt/thesaurus/docs/Norma_Portuguesa_4036-1992-)

<sup>40</sup> A Norma ISO 2788 de 1986, define as diretrizes para a elaboração e desenvolvimento dos Tesouros monolíngues

sinónimos, deve escolher-se um como descritor e este será o único a ser utilizado na indexação. A remissão para o descritor deve ser feita a partir de todos os sinónimos que podem servir de ponto de acesso ao utilizador.

Quanto à sua função, o Tesouro é definido como “un instrumento de control terminológico que traduce a um language sistémico o documental el language natural empleado en los documentos y por sus usuários” (GIL URDICIAÍN, 1996), ou seja, todo o vocabulário utilizado no Tesouro deve ser normalizado para facilitar o controle de todas as entradas, evitando as questões de sinonímia e polissemia.

Em relação à sua estrutura, a mesma autora refere ainda que, segundo a norma ISO 2788, o Tesouro utiliza “un vocabulário controlado y dinâmico de termos relacionados semântica y jerarquicamente, que se aplica a un campo específico del conocimiento”.

Podemos, assim, constatar que estas relações semânticas podem ser hierárquicas, associativas ou de equivalência e que pretendem efetuar uma representação exata dos conceitos e facilitar a ligação entre os assuntos, o utilizador e o bibliotecário/documentalista. Estas relações representam-se da seguinte forma:

- Relações de equivalência – USE (Use) / UP (Usado por);
- Relações hierárquicas – TG (Termo Genérico) / TE (Termo específico);
- Relações associativas – TR (Termo relacionado).

Estas relações são importantes aquando da construção do Tesouro, não só para detetar as polissemias, mas também para relacionar o geral com o particular, bem como os termos preferenciais (descritores) com os não preferenciais (não descritores).

As relações de equivalência são fundamentais, para que não seja possível o uso de sinónimos e o termo usado seja unívoco e preferencial.

As relações hierárquicas permitem dispor os descritores dos mais gerais para os mais específicos, colocando-os num nível superior ou inferior, para que fiquem organizados segundo uma hierarquia precisa.

Tendo em conta que o Tesouro utiliza uma linguagem controlada, só os termos que nele aparecem podem ser utilizados para indexar os documentos. Assim, o utilizador é induzido para uma consulta de temas que não tinha previamente pensado, tudo isso motivado pelas relações associativas, hierárquicas e preferenciais inerentes ao Tesouro.

Um Tesouro é, como referimos, constituído por descritores e por não descritores, precedidos pela sigla correspondente à relação que entre eles é representada, e estão dispostos por ordem alfabética no próprio Tesouro.

Os não descritores são termos equivalentes ou quase sinónimos dos descritores que não são utilizados para indexar, mas para dirigir a pesquisa, reenviando para um ou mais descritores, aumentando, assim, a taxa de precisão na recuperação da informação. Servem, também, como pontos de acesso que permitem a escolha do descritor eleito, através de uma nota –USE , junto do não descritor.

O Tesouro é para autores como Jorge Abreu Arrimar “uma das ferramentas mais adequadas, oferecendo uma linguagem mais especializada e, conseqüentemente, uma capacidade de recuperação mais diversificada”<sup>41</sup>, para o tratamento e recuperação da informação.

Esta recuperação da informação, por parte dos utilizadores, é não só diversificada, como precisa, pois a normalização terminológica dos descritores assim o permite. Para além disso, o Tesouro ainda pode estabelecer equivalências linguísticas entre conceitos idênticos expressos em línguas diferentes, o que vem facilitar a indexação do documento na língua do documentalista e a pesquisa na língua do utilizador.

Estas características evidenciam a versatilidade e a permanente atualização que o Tesouro permite, na medida em que, sendo uma ferramenta dinâmica e normalizada constituída automaticamente, permite a introdução/atualização de vários termos e as respetivas relações internas que os mesmos pressupõem e requerem.

---

<sup>41</sup>Disponível na WWW.<URL: <http://www.rbe.min-edu.pt/newsletter//np4/869.html>>

## **Capítulo 4 - A Classificação Decimal Universal -CDU**

“The bibliographic enterprise envisaged by Otlet and La Fontaine, which resulted in the *Universal Decimal Classification* (UDC) being developed in 1895, and the subsequent history of the scheme is outlined.”

*In, I. C. McIlwaine, The Universal Decimal Classification: Some Factors Concerning Its Origins, Development, and Influence, 1997*

A abordagem dada à Classificação Decimal Universal decorre do que se referiu anteriormente sobre a sua importância para este trabalho de investigação, pelo que apresentaremos a sua origem, evolução histórica e referencial teórico, suportado nos diferentes autores, consultados nesta área específica. Abordaremos as vantagens e as desvantagens da sua aplicação, tendo em conta a sua utilização nas BE do 1.º Ciclo do Ensino Básico, destacando a sua aplicação nestes espaços.

#### **4.1. A Classificação Decimal Universal – origem, evolução histórica e sua aplicação**

A utilização da notação decimal como código que expressa conceitos, foi apresentada pela primeira vez por um físico chamado André Marie Ampère (1775-1836) mas, nos finais do século XIX, princípios do século XX, com o início do estudo sobre a análise dos sistemas de classificação existentes, Melville Louis Kossuth Dewey analisou e comparou diversas bibliotecas e concluiu que era necessário estabelecer um novo sistema de classificação com carácter universal, enumerativa e que abarcasse todas as áreas do conhecimento.

Recorrendo à numeração árabe criou um sistema decimal simples, com um número ilimitado de divisões e subdivisões que permitiam ampliar a classificação, que designou de Classificação Decimal de Dewey<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup>Classificação Decimal de Dewey (CDD), publicada em 1876. Disponível em <http://www.oclc.org/dewey/resources7tutorial/>

Esta classificação foi publicada, pela primeira vez, em 1876, sob o título de *Classification and Subject Index*<sup>43</sup> nos Estados Unidos e passou a vigorar na maioria das bibliotecas públicas, normalizando a classificação geral do conhecimento e estabelecendo um ponto de partida para as atuais linguagens documentais.

Em 1895, dá-se mais um passo no progresso da classificação decimal através do advogado belga Paul Otlet (1869-1944), que encontra nesta classificação a sua máxima “*Um lugar para cada coisa e cada coisa para o seu lugar*”.

Paul considera que a utilização de uma linguagem universal (números), com capacidade de expansão dos números decimais, facilitaria a precisão e o rigor do trabalho documental. Solicita, assim, a Melvil Dewey, em 1894, autorização para desenvolver, juntamente com Henri La Fontaine (1854-1943), a tradução da Classificação Dewey para a língua francesa e efetuar possíveis alterações, tendo em conta a organização de milhares de fichas recolhidas pelo Instituto Internacional de Bibliografia de Bruxelas.

A Classificação Decimal de Dewey encontrava-se já na sua 5.ª edição, quando a 2 de setembro de 1895 se realiza em Bruxelas, com o apoio do governo belga, a 1ª Conferência Internacional, na qual P. Otlet e Henry La Fontaine mostram a sua proposta de classificação – a Classificação Decimal Universal (CDU). Esta é apresentada com o objetivo de ordenar a compilação de um Repertório Universal de Bibliografia, servindo como índice de classificação que abrangeria todas as informações publicadas.

A CDU é apresentada como uma classificação, universal, segura, verdadeira, completa, rápida, atual, fácil de obter e pronta a ser disponibilizada. Para além disso, esta classificação permitia que o documento fosse estudado na sua globalidade e não como um mero acumulador e difusor de conhecimento. Os criadores da CDU tinham o intuito de normalizar a classificação documental a nível mundial.

Assente, nestes princípios, a CDU tem uma boa aceitação na Conferência que a classifica como satisfatória quanto à sua aplicabilidade, atribuindo-lhe um carácter internacional.

---

<sup>43</sup> Tinha 10 páginas de tabelas e 919 tópicos.

O desenvolvimento da Classificação Decimal Universal e do Repertório Bibliográfico Universal, seria um dos grandes projetos de P. Otlet e Henry La Fontaine, que vêm a sua concretização com a publicação da primeira edição da CDU, em 1907 - “*Manuel du Répertoire Bibliographique Universel*”<sup>44</sup>.

Esta edição foi aprovada pelo Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) fundado em Bruxelas em 1895 pelos criadores da CDU, depois tornado (1931) em Instituto Internacional de Documentação (IID), com sede em Haia.

Em 1937 o IID passou a designar-se Federação Internacional de Documentação (FID)<sup>45</sup> e, apesar de manter a mesma sigla (FID)<sup>46</sup>, em 1986, alterou o nome para Federação Internacional de Informação e Documentação.

A estrutura da CDU compreendia, na sua 1.ª publicação 33 000 subdivisões e um índice alfabético de 38 000 entradas, o que motivou a sua utilização de forma generalizada em 50 países.

Apesar da interrupção dos trabalhos, causada pela Primeira Guerra Mundial, o esquema da CDU continuou a expandir-se e em 1933, em Haia, é publicada uma 2ª edição com o título “*Classificación Decimal Universal*”, contendo mais de 70 000 subdivisões e 40 000 entradas. Esta edição tornou-se na base das sucessivas edições nas suas diversas versões (completa, abreviada, breve, especial).

Como resposta às necessidades informativas, inerentes à atividade científica da época, surge em 1934 o *Tratado de Documentação*, no qual a Documentação é referida pela primeira vez como disciplina.

Uma terceira edição é publicada com cerca de 140 000 subdivisões., tratando-se da primeira em língua alemã com o nome *Dezimal Klassifikation* . Esta edição iniciou-se em 1934, mas só foi terminada em 1952/53, devido à Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>44</sup> Disponível na [www<URL:http://www.udcc.org/bibliography.htm#historically>](http://www.udcc.org/bibliography.htm#historically)

<sup>45</sup> Federação de organismos nacionais que se ocupa da revisão, atualização e publicação das sucessivas edições da CDU.

<sup>46</sup>History of FID [online] . Disponível na WWW.<URL:  
<http://www.kb.nl/infdev/fid/about/history/index.html>>

Várias edições surgiram noutras línguas, mas o inglês, o francês e o alemão mantêm-se como línguas oficiais para a manutenção e atualização da CDU, que atualmente existe em 23 línguas.

A gestão e o desenvolvimento da CDU eram coordenados pelo Comité Central de Classificação (Central Classification Committee), mas a lentidão e os custos dos trabalhos levaram a FID- Federação Internacional de Informação, juntamente com outras instituições de informação e documentação, ou seja, cinco editores da CDU (Bélgica, Espanha, Países Baixos, Reino Unido e Japão) a criarem, em 1991, o Consórcio CDU (UDC Consortium)<sup>47</sup>. Este organismo adquire, em 1992, todos os direitos e responsabilidades civis do sistema, assegurando a sua administração.

Em Portugal, por exemplo, o organismo responsável pela edição portuguesa é a Biblioteca Nacional e a própria FID, que garantem todos os estudos relativos à CDU e as próprias adequações às edições em língua portuguesa.

## **4.2. A Classificação Decimal Universal – suas características**

A Classificação Decimal Universal é uma classificação que ordena os conceitos, ideias ou informações, que têm algo em comum, por classes.

Apresenta uma abordagem integral e universal do conhecimento científico, pois surgiu como a classificação que abarcava todo o ideário epistemológico do Século XIX.

Segundo Graça Simões, a CDU pode definir-se como uma linguagem documental categorial, pelo facto de “o conhecimento se encontrar dividido em grandes categorias epistemológicas” (SIMÕES, 2008).

---

<sup>47</sup> Consórcio UDC –Disponível na WWW.<URL: <http://www.udc.org/about.html>>

A CDU tem inerente o grande princípio da organização do conhecimento, que se materializa em duas dimensões:

- referente à organização do conhecimento de uma forma lógica e sistemática em catálogos. Esta organização é sistémica porque o código numérico permite ordenar hierarquicamente o conteúdo do documento do geral para o mais específico, colocando os documentos com assuntos mais gerais em primeiro lugar na ordem da classificação;
- referente à organização física dos documentos nas estantes dando a possibilidade ao utilizador de conhecer as obras que existam na biblioteca sobre o mesmo assunto.

Como referimos anteriormente, a CDU tem a sua origem no modelo da Classificação Decimal de Dewey e P. Otlet e H. La Fontaine mantiveram a essência dessa classificação, uma vez que, a CDU continuou a organizar as diferentes áreas do conhecimento em dez classes, (de 0 a 9), que a seguir se apresentam:

#### TABELA DA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL

CLASSES	ÁREAS DO CONHECIMENTO
0	Generalidades. Ciência e conhecimento. Organização. Informação. Documentação. Biblioteconomia. Instituições. Publicações.
1	Filosofia. Psicologia
2	Religião. Teologia
3	Ciências Sociais
4	Vazia
5	Matemática. Ciências Naturais
6	Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia
7	Arte. Desporto
8	Língua. Linguística. Literatura
9	Geografia. Biografia. História

A **Classe 0** compreende as obras que tratam de assuntos básicos ou demasiado gerais para se incluírem noutra classe. Também se incluem aqui os documentos com uma notação de carácter interdisciplinar como a normalização, bibliografias, biblioteconomia e obras de referência geral.

A **Classe 1** destina-se a obras de carácter filosófico, assim como a Psicologia que se apresenta na tabela na dependência da Filosofia.

A **Classe 2** destina-se aos documentos que tratam de religião e teologia. Nas subclasses encontramos cinco destinadas à religião cristã, que vai da subclasse 23 à subclasse 28 e uma subclasse, a 29, para todas as outras religiões. Esta desproporção deve-se, segundo López Yepes, ao “perdominio de la religión Cristiana en aquellos países a los que se destinaba el sistema de clasificación” (LÓPEZ YEPES, 1996).

A **Classe 3** tem um conteúdo muito denso pois abarca as Ciências Sociais, Sociologia, Estatística, Política, Economia, Direito, Administração Pública, Assistência Social, Educação e Vida Social.

A **Classe 4** foi deixada em aberta para o aparecimento de uma nova ciência.

A **Classe 5** abarca as ciências puras como a Matemática e as Ciências Naturais, cuja aplicação se encontra na classe 6, daí existirem muitas referências entre uma e outra classe.

Na **Classe 6** inclui-se tudo o que se refere à aplicação das ciências, a Saúde, a Indústria e o Comércio.

Na **Classe 7** inserem-se todos os assuntos que evidenciem uma componente estética ou recreativa como a Arte, Arquitetura, Fotografia, Música, Jogos e Desporto.

A **Classe 8** é a união do conteúdo original da classe 4, Linguística e Filologia (1962) com o tema da classe 8 - Literatura. A primeira parte da divisão centra-se nos aspetos gerais da Linguística, colocando-se a Literatura a partir da subclasse 82.

A **Classe 9** reúne os assuntos relacionados com a Geografia, Biografias e a História, que pelas suas características necessitam da combinação das tabelas auxiliares comuns de lugar, para precisar determinados conceitos.

Os criadores da CDU, introduziram nesta classificação algumas alterações, em relação àquela que lhe deu origem (CDD), entre elas a mudança do conteúdo conceptual da Classe 4 - Filologia e Linguística - para a Classe 8, ficando a Classe 4 vazia de conteúdo e à espera de novos conhecimentos, como referimos anteriormente, e a existência de números auxiliares, representados por um conjunto de signos que facilitam a conexão entre eles.

Estes números auxiliares comuns gerais apresentam-se da seguinte forma:

- adição (+);
- extensão (/);
- relação (:);
- auxiliares de língua (=);
- auxiliares de forma (0...);
- auxiliares de lugar e território (...);
- auxiliares de raça (=...);
- auxiliares de tempo (“...”);
- auxiliares de pessoa (-5).

A CDU organiza, assim, os seus números e as suas notações segundo o princípio hierárquico, recorrendo a uma estrutura baseada em:

- números principais;
- números auxiliares;
- notações anexas à CDU (letras e palavras apenas);
- signos e símbolos.

Estes, por sua vez, encontram-se organizados em tabelas de classificação consideradas como “el diccionario de términos ...” (GARCÍA MARCO, 1999) e as regras de conexão dos números “... su gramática” (ibidem, ibidem).

Constatamos assim que, a CDU possui uma estrutura de sistema misto (analítico e sintético), porque esta tabela classificativa decompõe um tema complexo nos conceitos fundamentais que o integram e inclui-os nas diferentes classes (fase analítica), ordenando os conceitos segundo uma tabela estabelecida (fase sintética).

Isso deve-se ao facto de a CDU ser uma classificação enumerativa, que elenca todas as matérias e as suas subdivisões de forma sistemática em classes e subclasses, conseguindo, desta forma, representar assuntos muito generalistas, mas também consegue representar assuntos muito específicos, porque Otlet e La Fontaine dotaram a CDU de símbolos e signos auxiliares, apresentados anteriormente, que permitem vincular conceitos isolados para descrever temas complexos.

Esta linguagem documental consegue, assim, efetuar uma representação sintética do conteúdo do documento, pois ordena-o de forma numérica e hierárquica, com o intuito de facilitar o armazenamento e a recuperação da informação, por parte dos utilizadores.

Este procedimento é valorizado pelo autor Moreno Fernández quando refere que “Desta forma conseguem-se duas coisas: primeiro que os documentos que tratam do mesmo tema se ordenem juntos debaixo do mesmo número e segundo que os temas se disponham segundo uma sequência que vai desde o mais genérico ou geral até ao mais específico ou particular” (MORENO FERNÁNDEZ, 2002).

Pelas suas especificidades, constatamos que a CDU é uma linguagem documental com estrutura preordenada, controlada e normalizada, uma vez que a sua normalização terminológica, já se encontra definida para as áreas do conhecimento a que se destina. Também o autor Diez Carrera (1999) refere que:

“Es verdad que los números se pueden cambiar para escribir el contenido informativo de un documento, però no de una manera completamente libré, dado que la combinación de los números se lleva a cabo tomando como punto de partida un órden de citación estándar, en virtud del cual determinados conceptos deben ocupar un lugar concreto dentro de la notación”.

Isso significa que os dígitos são inalteráveis dentro do mesmo código, pois da sua alteração resultará a representação de um assunto distinto.

Para Paul Otlet e Henry La Fontaine a CDU apresentava uma dimensão unidimensional, visível na máxima, que era considerada o âmago do sistema - “um lugar para cada coisa e cada coisa no seu lugar ...” Esta perspetiva remete para que um assunto apenas possa ser representado segundo um ponto de vista, o que evidencia uma relação mono-hierárquica neste sistema de classificação, não podendo um assunto aparecer em várias subclasses dentro de uma classe.

No entanto, constatamos que esta pré-coordenação da CDU pode ser observada, não só segundo uma dimensão à priori, quando se tem em conta a própria estrutura da notação, mas também à posteriori, quando se parte das tabelas auxiliares.

A autora Maria Graça Simões (2008), refere que a CDU não possui apenas relações mono-hierárquicas, uma vez que nas tabelas auxiliares a estrutura mono-hierárquica se traduz numa estrutura poli-hierárquica, podendo o mesmo assunto ser representado sob várias perspetivas dando-lhe uma dimensão multidimensional.

Também LÓPEZ YEPES (1996), defende esta teoria quando refere os “*lugares dobles*”. Esta está assente nos conceitos que podem ser classificados segundo diferentes pontos de vista. Por exemplo, a palavra “café” pode ser interpretada como:

633.7 Plantas produtoras de estimulantes e bebidas

640.4 Indústria de hotelaria e serviços de restauração (cafés)

663.93 Café

As características da CDU, associadas ao seu caráter universalista e normalizado, atribuíram-lhe uma validade internacional, tornando este sistema de classificação no mais utilizado nas bibliotecas generalistas e na organização de grandes coleções, bem como na inventariação das mesmas em catálogos para pesquisa dos assuntos representados.

A componente normativa da CDU vai permitir, não só facilitar a descrição dos documentos, mas também a sua posterior recuperação, uma vez que, quanto maior for a homogeneidade da linguagem documental utilizada, mais facilmente evitamos as “distorções durante o processo de recuperação da informação” (MORENO FERNANDES, 2002).

A CDU foi desde sempre o sistema de classificação preferido na Europa. No entanto, a sua utilização não é consensual, pois autores como Pinto Molina defendem que, apesar da sua generalizada utilização, a CDU apresenta alguns inconvenientes, tais como “*escasa flexibilidad para adaptarse a la constante evolución de la ciencia, costoso mantenimiento, etc*” (PINTO MOLINA, 1993).

Em oposição a esta teoria Graça Simões (2008) defende que o sistema de classificação decimal é flexível devido à sua estrutura organizada por tabelas que permitem arrumar os documentos segundo as necessidades do serviço.

Para além de Graça Simões, também Francisco Javier Garcia Marco apresenta, como resposta à particularidade de cada coleção, uma opinião favorável à utilização desta classificação, pela forma como se consegue ajustar às necessidades locais “...através de sus posibilidades de permutación en los auxiliares...” (GARCIA MARCO, 1999).

Nesta prestativa, o bibliotecário é visto como o intermediário entre o documento e o utilizador, pelo que tem de estar preparado para extrair o conteúdo documental e traduzi-lo numa notação CDU, devendo, para tal, conhecer o campo temático, as tabelas e o seu uso.

Habitualmente os bibliotecários utilizam as versões adaptadas da CDU que incluem apenas 10% dos conceitos da edição completa, o que, origina, por vezes, lacunas ao eleger os conceitos.

Podemos concluir que, a vocação universalista da CDU, ao tentar abarcar todas as áreas do conhecimento numa só estrutura, foi conseguida, na sua maioria, pois assumiu-se como um instrumento de sucesso no controle, definição e organização de documentos bibliográficos existente nas bibliotecas públicas, que, pelo seu caráter generalista, sempre disponibilizaram uma vasta gama de documentos heterogéneos quanto aos seus conteúdos.

A par disso, a sua normalização, ao nível das notações, ainda hoje facilita a organização de documentos em bibliografias impressas ou catálogos sistemáticos e em bases de dados bibliográficas.

Também tem reconhecido valor o facto de que, pela utilização mundial da CDU, podemos encontrar facilmente um livro em qualquer biblioteca de livre acesso, em qualquer parte do mundo, só pela leitura dos números da CDU.

No entanto, também constatamos que este sistema de classificação, apesar de universalmente reconhecido, não tem acompanhado o avanço científico.

A “desatualização” da CDU deve-se à especialização cada vez maior e mais rápida do conhecimento científico, o que obriga a uma permanente revisão das tabelas da CDU. Apesar de esta classificação apresentar edições atualizadas periodicamente, estas, como em qualquer outro sistema de classificação, não conseguem acompanhar os avanços permanentes do conhecimento científico, pois as revisões pressupõem o acordo dos especialistas dos diferentes países e o aval da FID. Este processo torna-se bastante lento, fazendo com que alguns serviços atuem por conta própria, pondo, assim, em causa a uniformização de procedimentos inerentes à CDU.

Esta constatação é expressa pelo autor Gimeno Perelló, (1998) quando refere que a falta de atualização da CDU leva a que muitos bibliotecários e documentalistas deem “rienda suelta a su imaginación para classificar obras referentes a la Rusia actual, al descubrimiento de las particulas más pequeñas de la materia, ...”.

### **4.3. A Classificação Decimal Universal e a sua aplicação, em Portugal**

Em Portugal, o sistema de Classificação Decimal Universal foi introduzido em 1954, com uma edição abreviada (versão preliminar) publicada pelo Centro de Alta Cultura de Portugal, sob a responsabilidade editorial de Zeferino Ferreira Paulo.

Em 1961, a edição abreviada foi amplamente revista com o apoio do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), da Comissão Brasileira da CDU e também com a participação da Comissão de Terminologia Científica da Universidade de São Paulo. É deste trabalho conjunto que surge a edição definitiva (impresa) da CDU em língua portuguesa.

A partir de então, a CDU começou a ser aplicada no *Boletim de Bibliografia Portuguesa* e a sua utilização generalizou-se, nas bibliotecas de carácter geral e com apoio à investigação até meados da década de 70.

A informatização das bibliotecas e o lançamento da PORBASE (Base Nacional de Dados Bibliográficos) em 1986, fez com que a CDU, no final dos anos 80 se tornasse a linguagem documental mais utilizada nas bibliotecas portuguesas, por ter sido adotada como linguagem comum de recuperação por assunto, para todos os que cooperassem no Catálogo Coletivo em Linha das Bibliotecas Portuguesas. Este catálogo possui, atualmente 2.500.000 registos bibliográficos.

A PORBASE foi criada pelo Despacho 180/86, do Ministério da Educação e Cultura, com vista à gestão racional da documentação e informação bibliográfica disponíveis no Catálogo Coletivo das Bibliotecas Portuguesas e tinha como objetivo fomentar o empréstimo interbibliotecas, uma política coordenada de aquisições e a troca de informação bibliográfica.

Pelo Despacho 120/87, de 23 de Fevereiro, do Ministério da Educação e Cultura foi atribuída à Biblioteca Nacional a função de coordenar a PORBASE.

A Biblioteca Nacional Portuguesa passou, desde 1992, a ser a editora da CDU em Portugal, e a sua mais recente edição foi publicada em 2005.

Para além disso, a BN colabora na revisão da CDU, participando no Editorial Team e Advisory Board do UDC Consortium<sup>48</sup> e contribui para o UDC Summary - um demonstrador da CDU em linha, recentemente lançado e que contém mais de 2.000 notações com descrições em 23 línguas, entre as quais o português, acessível na [www.udcc.org/udcsummary/about.htm](http://www.udcc.org/udcsummary/about.htm).

“The plan for the UDC Summary is that it includes translations to as many languages as possible and mappings to other knowledge organization systems and that this data is made available for free in various standard formats including web ontology standards such as SKOS. The enrichment of the original data set with languages and mappings depends on voluntary input from user communities world-wide”.<sup>49</sup>

No UDC- Summary representa uma seleção de cerca de 2.400 classes extraídas do arquivo de referência do UDC Master Reference File (UDCMRF) que contém mais de 69.000 classes. A seleção compreende números principais, números auxiliares comuns e números especiais auxiliares. É atualizado anualmente e pode ser usado para pesquisa e recuperação da informação, incluindo tradução em 48 línguas.

O UDC Consortium coordena, desde 1992, a manutenção do sistema CDU, publicando anualmente as atualizações efetuadas em Extensions and Corrections to the UDC e distribuindo versões atualizadas da base de dados, designada UDC Master Reference File, acessível na [www.udcc.org/mrf.htm](http://www.udcc.org/mrf.htm).

---

<sup>48</sup> UDC- Universal Decimal Classification

<sup>49</sup> Disponível na WWW <URL:<http://www.udcc.org/udcsummary/about.htm>>

### **4.3.1 A utilização da CDU nas Bibliotecas Escolares**

O Programa Rede de Bibliotecas Escolares, lançado em 1996, tinha como objetivo a implementação e o desenvolvimento de bibliotecas nas escolas públicas portuguesas. Pretendia, que as BE fossem espaços que disponibilizassem aos utilizadores serviços e recursos físicos, humanos e documentais, necessários ao desenvolvimento de competências de leitura e de literacias da informação, através do acesso, utilização e produção da informação em diferentes suportes.

Com base nestes pressupostos, as BE assumiram-se, no atual paradigma da Sociedade da Informação e do Conhecimento, como “centros” pedagógicos, formativos e produtores de informação, em articulação com os docentes, no apoio ao currículo, garantindo, assim, a formação de leitores e contribuindo para que os utilizadores se tornem cidadãos autónomos e intervenientes, desenvolvendo competências inerentes à aprendizagem ao longo da vida.

Assim, para que os recursos documentais das BE sejam utilizados como uma mais-valia no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, é necessário que a sua gestão e organização sejam eficazes na adequação às necessidades dos utilizadores.

A qualidade da gestão e organização do fundo documental é garantida pelo Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, que assegura a difusão de informação, quer online (no site RBE), quer presencial (através dos coordenadores interconcelhios ou em ações de formação).

No vasto manancial de informação disponibilizado pela RBE, destacamos os princípios orientadores para a organização e funcionamento das BE, onde são apresentados diversos princípios, dos quais evidenciamos o que nos parece mais pertinente para o nosso tema em estudo (a aplicação da CDU nas BE) e que refere que as BE devem disponibilizar documentos em regime de livre acesso e tratamento normalizado que permita a partilha entre bibliotecas.

O tratamento normalizado, referido pela RBE, não sugere a utilização de uma linguagem documental específica. A CDU, nunca é referida, por este organismo, como a classificação mais adequada para efetuar o tratamento documental.

Autores como Ana Cristina Silva defendem, também, que a organização das BE deve ser assegurada por "ferramentas especializadas, ou seja com sistemas de classificação que utilizam linguagens documentais" (SILVA, 2002).

A utilização da tabela classificativa CDU, como procedimento normativo no tratamento documental, surge nas BE do 1º Ciclo, pela ação das Bibliotecas Públicas, através dos Serviços de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE). As autarquias e as Bibliotecas Municipais, ao assumirem a responsabilidade ao nível da criação ou renovação dos espaços, acompanhamento ao nível da aquisição do fundo bibliográfico e o seu posterior tratamento documental, implementaram nas BE do 1º Ciclo a linguagem documental mais utilizadas nas Bibliotecas Públicas – a CDU -, salvaguardando, desta forma, a partilha interbibliotecas e promovendo uma continuidade no procedimento técnico habitualmente adotado.

Pelas características desta classificação, (já mencionadas no início deste capítulo), autores como Ana Maria Pessoa, (1994), Isabel Piteira da Hora (1995), Lino Moreira Silva (2000), e Maria José Malo (2009) defendem a sua utilização ao nível das BE, por ser aquela que permite aos utilizadores adquirirem um conhecimento e uma experiência ao nível da organização das bibliotecas, facilitando o acesso a outras bibliotecas, sobretudo nas que utilizam o mesmo sistema de classificação, pois segundo Silva (2000), isso representa para todos "garantias de sucesso".

Apesar de defender a utilização da CDU nas BE, Pessoa (1994) refere, ainda, que para os utilizadores das BE do Jardim de Infância e 1.º Ciclo do Ensino Básico, as notações da CDU "nem sempre são muito simples", mas que o utilizador deve, desde cedo compreender qual o critério de arrumação.

A necessidade de recorrer a adaptações nos procedimentos técnicos é mencionada por Veigas (1996) no relatório "Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares", quando refere que as exigências técnicas devem ser ajustadas às necessidades dos utilizadores, adotando "procedimentos simplificados, mas normalizados para as bibliotecas dos diferentes níveis de escolaridade" (VEIGAS, coord., 1996).

Partilhando da mesma opinião, Malo (2009) acrescenta que, “algumas adaptações são necessárias, no caso das bibliotecas escolares e em especial em alguns ciclos de ensino, dado o grau de conceptualização do público alvo”.

As autoras citadas, apontam para a utilização de “algumas adaptações” ou “procedimentos simplificados” sem especificam a sua tipologia. Só com Piteira da Hora (1995), no documento “Organizar para despertar o desejo de aprender”, é referida a utilização de um “complemento cromático” atribuído a cada classe da CDU. No entanto, não se faz uma alusão à cor atribuída a cada uma das classes da CDU. Apenas é mencionado que, “esse código de cores deverá estar afixado em quadros e na etiqueta do documento onde é registado a cota” (HORA, 1995).

Esta sugestão do complemento cromático associado à CDU, surgiu, segundo a autora, das inúmeras dificuldades sentidas aquando do início da sua atividade como professora bibliotecária. Verificou, tal como nós, que a CDU não se revelava, por si só, a classificação mais eficaz no acesso à informação, por parte dos utilizadores das BE do 1.º Ciclo do Ensino Básico, pelo que recorreu ao código cromático como forma de minimizar essa dificuldade.

Mais tarde, Ana Cristina Silva (2002) refere que “este complemento cromático foi imaginado para facilitar o primeiro contacto dos alunos com a tabela de classificação utilizada na Biblioteca Escolar”, para desenvolver nos utilizadores das BE do 1.º Ciclo do Ensino Básico, a autonomia de forma pedagógica. Para a autora, o desenho e a cor servem para “apresentar aos alunos mais jovens a Tabela Decimal Universal, tornando-a progressivamente acessível à sua compreensão” (SILVA, 2002).

As autoras supramencionadas, referem a necessidade de adaptações à CDU e deixam, inclusive, sugestões sobre a tipologia das adaptações, no entanto, o que nos é dado verificar, é que nenhuma destas opiniões se revêm nas Diretrizes da IFLA/UNESCO para as BE, pois estas nunca referem a existência de cores, objetos ou símbolos associados à CDU com a intuito de facilitar o acesso à informação. As orientações internacionais emanadas deste organismo referem que se devem “catalogar os recursos de acordo com os padrões e as normas bibliográficas nacionais e internacionais” (IFLA, 2000), por forma a que os utilizadores tenham “conhecimento sobre a biblioteca, qual a sua finalidade, que tipo de serviços oferece, como está

organizada e que tipo de recursos contém”. É ainda referido nos documentos da IFLA (2000) que, os alunos devem receber formação para saber “localizar e recolher” a informação, pois só assim desenvolverão as competências necessárias para “serem capazes de procurar informação na biblioteca de forma autónoma”, tendo total entendimento sobre a “ordem alfabética e numérica”.

Pelo exposto, constatamos que as BE favorecem o acesso aos documentos nelas existentes, a toda a comunidade educativa, através de múltiplas utilizações como a “leitura, visionamento, audição e de capacidades de processamento e recuperação de informação”<sup>50</sup>. Mas tal só se verifica quando se põe ao dispor dos utilizadores uma organização documental que esteja de acordo com as normas universais instituídas na Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação<sup>51</sup>, defendida pela IFLA. Este documento menciona no número oito dos princípios gerais a “*Consistência e normalização*”, referindo que, “as descrições e a construção de pontos de acesso devem ser tão normalizadas quanto possível”, pois só assim é possível “aumentar a capacidade de partilhar dados bibliográficos e de autoridades”.

É neste contexto organizativo, que o professor bibliotecário assume um papel preponderante na gestão e organização da BE, destacando, das dez funções definidas na Portaria nº756/2009, de 14 de Julho, duas que nos parecem relevantes em relação à funcionalidade dos fundos documentais. São elas:

- “assegurar a gestão funcional e pedagógica dos recursos de materiais afetos à biblioteca”<sup>52</sup> ;
- “definir e operacionalizar uma política de gestão dos recursos de informação, promovendo a sua integração nas práticas de professores e alunos”<sup>53</sup>.

A eficácia na operacionalização destas tarefas vai contribuir para aumenta o grau de autonomia dos utilizadores na satisfação das suas necessidades bibliográficas.

---

<sup>50</sup> Declaração Política da Internacional Association of School Librarianship (IASL) sobre Bibliotecas Escolares, 1993.

<sup>51</sup> A Declaração de Princípios – conhecida geralmente por “Princípios de Paris” - foi aprovada pela Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação em 1961

<sup>52</sup> Ministério da Educação. Portaria nº756/2009 de 14 de Julho. Artigo 3º, alínea d).

<sup>53</sup> *Ibidem*, *ibidem*, alínea e)

Cabe, por isso, ao professor bibliotecário, em colaboração com os parceiros educativos, fazer com que a BE seja um espaço privilegiado, atrativo e acolhedor, dentro da escola/agrupamento, que seja a impulsionadora de inúmeras ações, desenvolvidas no âmbito curricular, de dinamização de atividades e da formação de utilizadores, sem descurar a disponibilização de informação que é encarada como “fundamental para o funcionamento com sucesso na sociedade de hoje que é, cada vez mais, baseada na informação do conhecimento” (IFLA/UNESCO, 2000). Pois, tal como refere Silva, é nas bibliotecas que se encontra o “conhecimento plural, a oportunidade para a fundamentação de saberes, a partir delas, a chave para a aquisição de novos saberes” (SILVA, 2000).

## **Capítulo 5 – Inquérito por Questionário**

## 5.1. Elaboração e aplicação do questionário

O inquérito por questionário é um método de pesquisa que se apoia numa sequência de perguntas, dirigidas a um conjunto de inquiridos, com o intuito de, a partir da hipótese formulada, obter explicações sobre determinado assunto em estudo.

Este método não exige a interação, em situação presencial, do investigador e do inquirido, pelo que é fundamental que o investigador tenha em especial atenção o planeamento do questionário, uma vez que, pode não haver a possibilidade imediata de efetuar esclarecimentos adicionais aquando do preenchimento do mesmo.

Assim, é necessário definir bem o objetivo do questionário e selecionar a população a inquirir para que, na elaboração do mesmo, se utilize uma linguagem acessível à formação académica dos inquiridos. É fundamental verificar se a tipologia das questões é pertinente para o tema em estudo. Desta tipologia fazem parte:

- perguntas de identificação (não nominal) do grupo em que se insere a população a inquirir;
- perguntas de informação, que, como o nome indica, têm como objetivo a recolha de dados, opiniões ou críticas dos inquiridos;
- perguntas de descanso, que servem para mudar de assunto;
- perguntas de controle, destinadas a verificar a veracidade de outras perguntas.

Em relação às perguntas de informação, devemos ter em conta as vantagens e as desvantagens que as questões fechadas, abertas e semiabertas/semifechadas oferecem.

Por termos verificado que o inquérito por questionário era o método que mais nos interessava para efetuar a recolha dos dados relativos ao objeto em estudo (medir o nível de eficácia da utilização da CDU nas Bibliotecas Escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico), por apresentar inúmeras vantagens como a sistematização e uma maior rapidez na recolha e análise dos dados, resolvemos elaborar um questionário constituído por 11 questões fechadas, nas quais as respostas-tipo variam entre duas a quatro, evitando, deste modo, que o inquirido se disperse na resposta.

Tendo também em conta, as vantagens inerentes às questões abertas, nomeadamente na melhoria das respostas, acrescentamos às 11 questões fechadas, uma aberta (última), com o intuito de facilitar a compreensão das respostas dadas anteriormente, uma vez que os inquiridos podem acrescentar informações pertinentes, mais detalhada ou até inesperadas.

Após a elaboração do questionário, efetuamos um pré-teste a alunos do curso de Ciências Documentais, por forma a garantir, não só a aplicabilidade do questionário, mas também testar se estava elaborado de acordo com os objetivos inicialmente definidos. Desta forma, podemos verificar que todas as questões eram facilmente compreendidas pelos inquiridos, não existiam perguntas inúteis e não era necessário acrescentar mais perguntas, pois estas eram suficientes e relevantes para o trabalho de investigação. Deste estudo preliminar, concluímos que o questionário elaborado correspondia às expectativas criadas, pelo que foi mantida a estrutura inicial.

Terminado o processo de definição do nosso objetivo, seleção da população a inquirir, elaboração das questões e estudo preliminar, procedemos à aplicação dos questionários recorrendo ao e-mail, como canal de comunicação entre o investigador e os inquiridos, por considerarmos que este meio de comunicação tornaria mais rápido e eficaz, não só o preenchimento, mas também o reenvio do questionário.

Assim, foram enviados 16 questionários para as 16 Bibliotecas Municipais existentes no distrito de Lisboa, dirigindo o seu preenchimento aos bibliotecários municipais, responsáveis pelo Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE) das respetivas Bibliotecas Municipais e que a seguir se apresentam:

### **BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DO DISTRITO DE LISBOA**

<b>Concelho</b>	<b>Biblioteca Municipal</b>
Alenquer	Biblioteca Municipal de Alenquer
Amadora	Biblioteca Municipal da Amadora
Arruda dos Vinhos	Biblioteca Municipal Irene Lisboa
Azambuja	Biblioteca Municipal António Botto
Cadaval	Biblioteca Municipal do Cadaval
Cascais	Biblioteca Municipal de São Domingos de Rana
Lisboa	Biblioteca Municipal de Lisboa
Loures	Biblioteca Municipal José Saramago
Lourinhã	Biblioteca Municipal da Lourinhã
Mafra	Biblioteca Municipal de Mafra
Odivelas	Biblioteca Municipal D. Dinis
Oeiras	Biblioteca Municipal de Oeiras
Sintra	Biblioteca Municipal de Sintra
Sobral de Monte Agraço	Biblioteca Municipal de Sobral de Monte Agraço
Torres Vedras	Biblioteca Municipal de Torres Vedras
Vila Franca de Xira	Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira

A escolha da população a inquirir (bibliotecários municipais responsáveis pelo SABE) assentou nos princípios protocolares estabelecido entre as Bibliotecas Municipais e a RBE, (já anteriormente referidos), e nos quais se explicita que uma das funções dos SABE é efetuar o tratamento documental do fundo bibliográfico das BE do

1.º Ciclo do Ensino Básico, considerando assim que, a decisão sobre a utilização da CDU nestas bibliotecas, é da responsabilidade dos SABE.

Assim, propomo-nos através do nosso questionário, saber:

- o número de BE do 1.º Ciclo do Ensino Básico que existem no distrito de Lisboa;
- o número de SABE que asseguram o tratamento documental das BE;
- qual a tabela de classificação mais utilizada no tratamento documental;
- se o SABE utiliza a CDU, com ou sem adaptações;
- qual a adaptação mais utilizada.

## 5.2 Análise e interpretação dos dados recolhidos

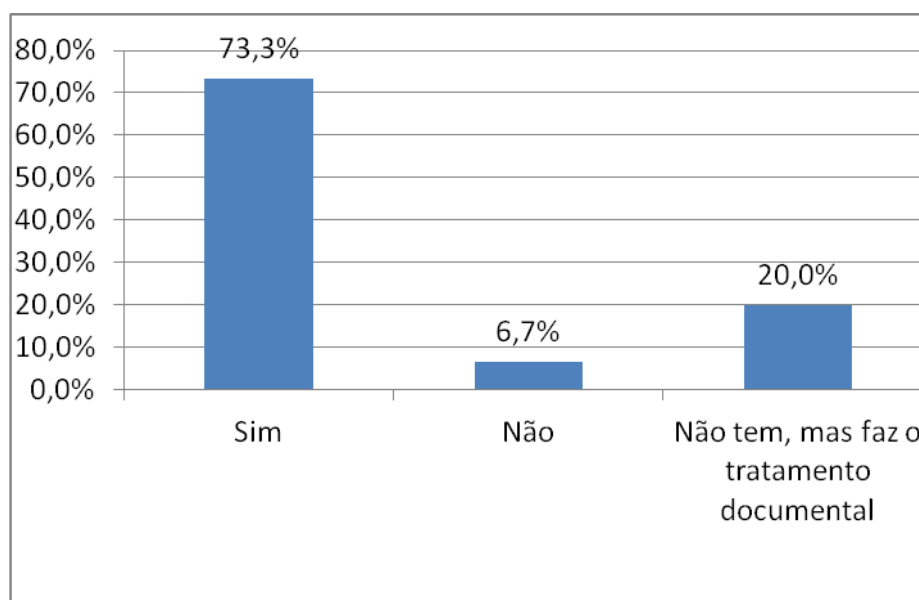
A partir das respostas resultantes do questionário lançado aos 16 bibliotecários municipais, responsáveis pelo SABE nas 16 Bibliotecas Municipais do distrito de Lisboa, decidiu-se representar essa informação por gráfico, para melhor apresentar esta informação.

Os inquiridos foram receptivos ao preenchimento e envio dos questionários, pelo que foram analisados 16 questionários, correspondentes a toda a população inquirida.

Seguidamente proceder-se-á à análise dos resultados obtidos por cada pergunta do questionário.

### QUESTIONÁRIO

#### P1 - A Biblioteca Municipal tem Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE)?

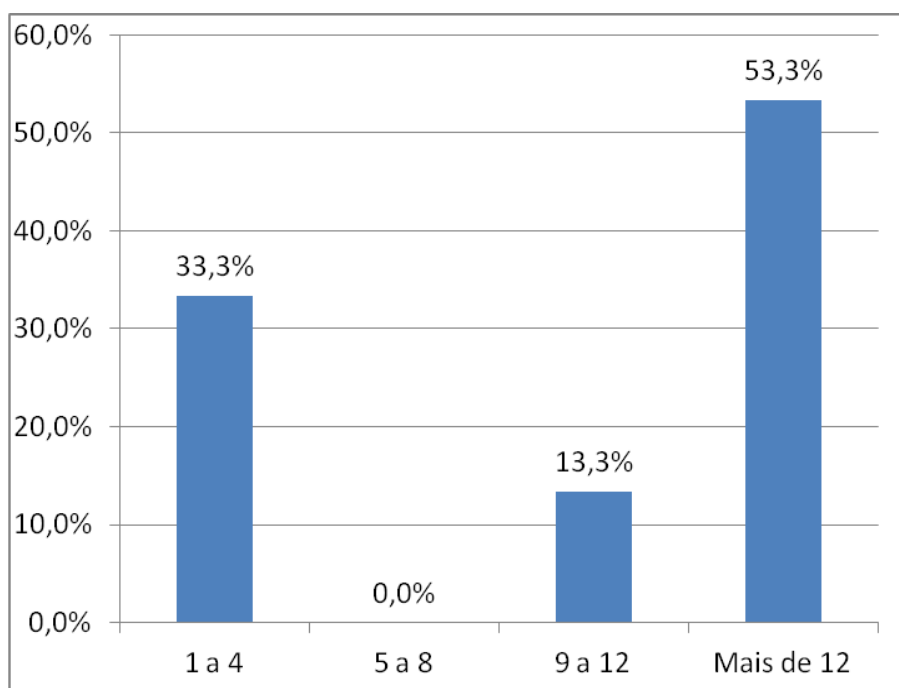


Como podemos verificar, relativamente à pergunta número um, o apoio do SABE às Bibliotecas Escolares é ainda uma realidade que não abrange a totalidade dos concelhos inquiridos. A partir do gráfico apresentado verificamos que 73,3% da amostra respondeu sim, significando isto que a grande maioria das Bibliotecas Municipais referentes ao distrito de Lisboa têm Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE).

Com 53,3% de intervalo, observamos que 20% dos concelhos inquiridos facultam um apoio técnico ao nível do tratamento documental (catalogação do fundo). Os restantes 6,7% dos inquiridos indicaram que não efetuam qualquer tipo de apoio. Com isto conclui-se que, no distrito de Lisboa a percentagem de Bibliotecas Municipais sem qualquer apoio do SABE é pequena.

Em relação a esta percentagem uma instituição referiu que, relativamente à inexistência formal de apoio às Bibliotecas Escolares, foi constituído um Grupo de Trabalho para a Rede de Bibliotecas Escolares do concelho que integra elementos da Divisão de Ação Social Escolar e da Divisão da Rede de Bibliotecas.

**P2 - Indique o número de bibliotecas escolares do 1.º Ciclo que são apoiadas pelo SABE.**



Relativamente à questão dois, constatamos que 53,3% dos inquiridos referem que apoiam mais de 12 Bibliotecas Escolares.

Recorrendo à observação dos questionários, podemos constatar que isso se verifica nos concelhos do distrito de Lisboa com maiores dimensões.

O gráfico apresentado revela uma percentagem de 33,3% de inquiridos que referiram apoiar de 1 a 4 BE.

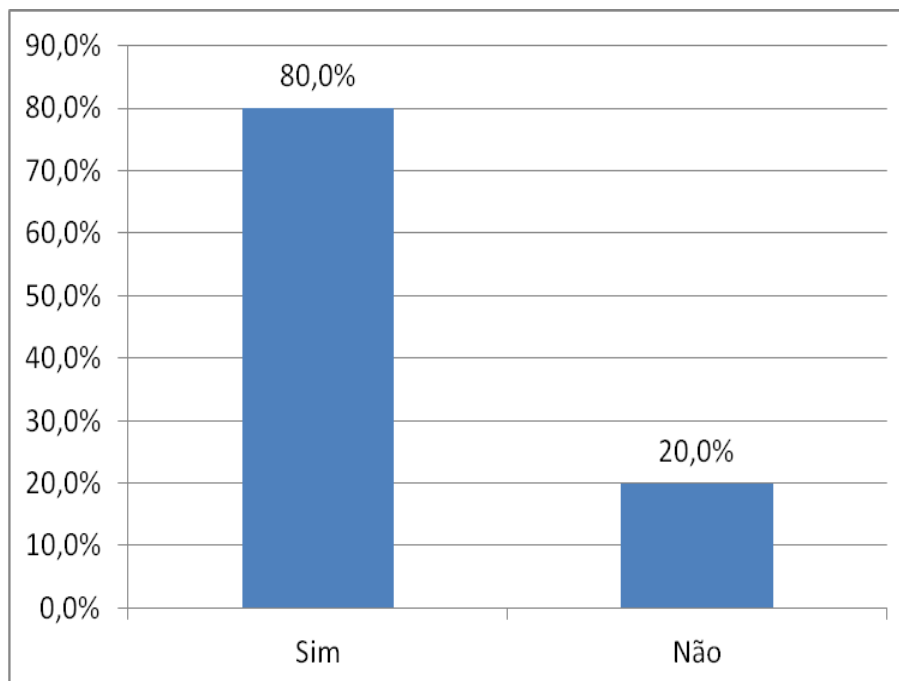
Verificamos que a percentagem de 13,3% é referente às instituições (BM) que apoiam de 9 a 12 BE no seu concelho.

Conclui-se que nos intervalos existentes da amostra, excluindo o intervalo que não apoia de 5 a 8 BE (0%), a diferença nos três intervalos restantes é sempre de 20%.

Considera-se assim que, o número superior a 12 BE apoiadas pelo mesmo SABE (mesmo concelho) é de 53,3%, o que evidencia um volume de trabalho muito elevado, tendo em conta o número de obras existentes nos fundos documentais de cada BE, principalmente se para além do apoio técnico promoverem atividades de animação/dinamização cultural.

Os fundos documentais têm um número muito significativo de obras porque, para além da verba inicialmente atribuída pela RBE aquando da implementação da BE, para aquisição bibliográfica, as BE ainda possuem as obras adquiridas através da verba atribuída pelo Plano Nacional de Leitura (PNL) e todas aquelas que já existiam nas escolas, antes da abertura das BE e antes da integração destas nos Centros Escolares (C.E.), que incorporaram alunos provenientes de Escolas Básicas do 1.º Ciclo unitárias que se encontravam dispersas geograficamente e que possuíam um conjunto de obras significativas adquiridas ao longo dos anos através de atividades várias (feiras do livro, cabazes de Natal, ofertas de encarregados de educação, Juntas de Freguesia, Bibliotecas Municipais, entre outros).

**P3 - Organiza os fundos documentais das bibliotecas escolares do 1.º Ciclo com base na CDU?**



No que concerne a questão número três, podemos observar neste gráfico que a percentagem de respostas afirmativas (sim) sobre o uso da CDU nas BE do 1.º Ciclo do Ensino Básico é de 80%. Em relação a esta percentagem uma Biblioteca Municipal esclareceu que o sistema de cotação (baseado na CDU) aplicado na Rede de Bibliotecas Escolares do concelho foi acordado entre o Grupo de Trabalho e os professores bibliotecários, fruto de um Workshop sobre sistemas de cotação onde foram analisadas as vantagens e desvantagens de um sistema baseado na CDU e de um sistema baseado numa Lista de Cabeçalhos de Assunto.

Em contrapartida, verificamos que uma percentagem pouco expressiva, em termos de amostra (20%), indica que não utilizam a tabela de Classificação Decimal Universal, mas sim outra classificação.

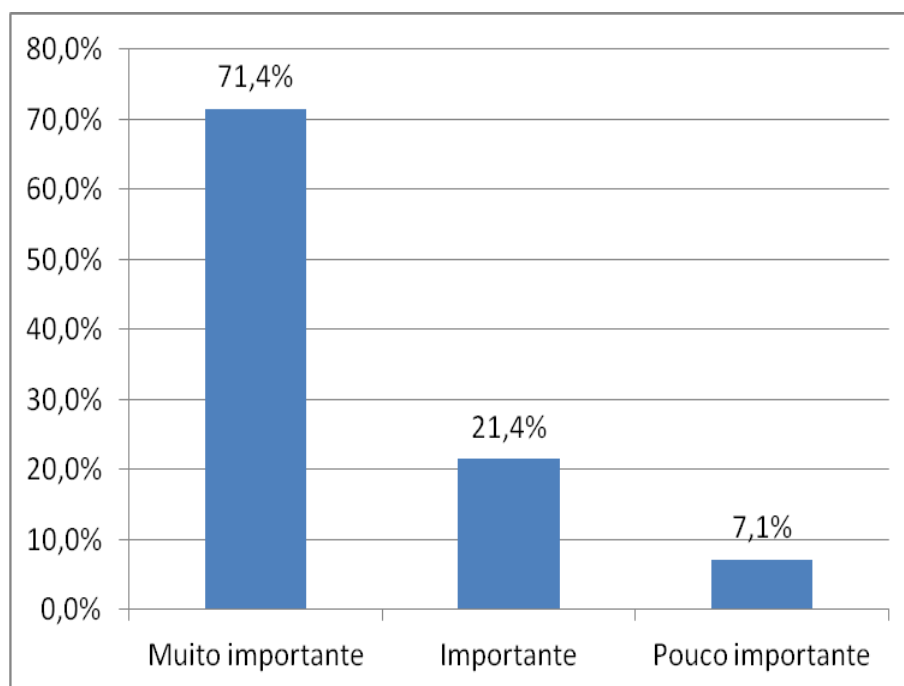
Nesta percentagem incluem-se duas Bibliotecas Municipais que expressaram no questionário esclarecimentos relativos à resposta dada. A nomear: uma referiu que as suas cotas são feitas tendo por base a Lista de Cabeçalhos de Assunto, elaboradas pelos serviços das Bibliotecas Municipais do concelho; outra mencionou que a organização

do fundo documental é feita pela equipa do SABE, pelo que são aplicadas as mesmas regras usadas na sala infantil da Biblioteca Municipal, sem, no entanto, referir qual.

Ainda relativamente à análise do gráfico podemos afirmar que, no intervalo existente, as duas respostas expressam uma diferença de 60%, o que evidencia um número significativo de bibliotecas que utilizam a CDU para efetuarem a arrumação dos seus fundos documentais.

Considera-se que, a CDU é a classificação mais utilizada nas BE, pois sendo o SABE o serviço responsável pelo tratamento documental, este aplica as mesmas normas instituídas na Biblioteca Municipal.

#### **P4 - Refira a importância da CDU na arrumação do fundo documental.**



As respostas dadas pelos inquiridos nos questionários referentes à questão número quatro, indicam que a importância atribuída à CDU se expressa numa percentagem de 71,4%.

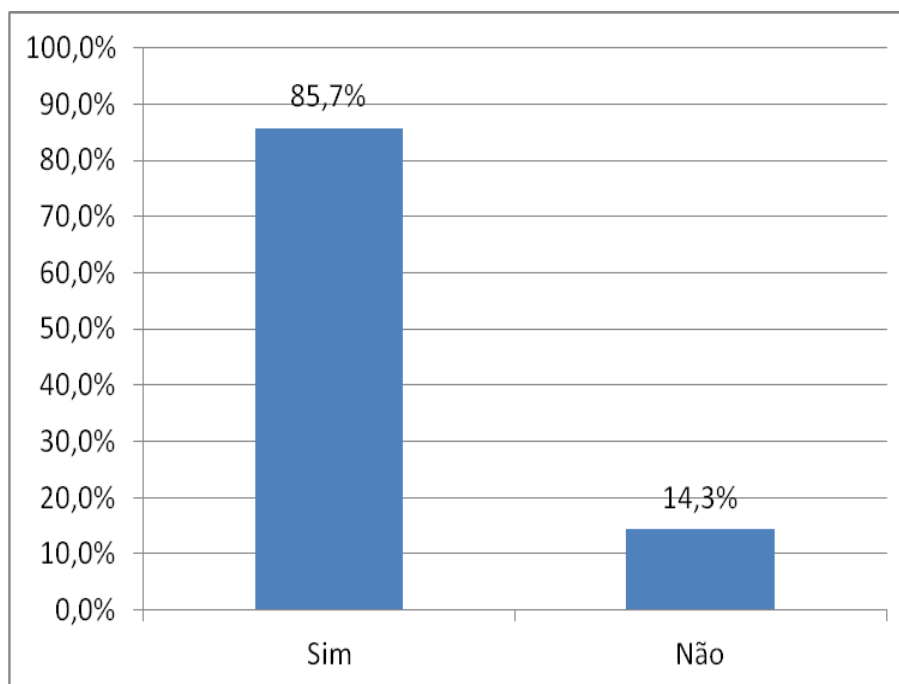
Com um intervalo de 50%, observado no gráfico, podemos notar que cerca de 20% das Bibliotecas Municipais consideraram a CDU importante para a arrumação.

Quanto aos inquiridos que responderam que a CDU é pouco importante na arrumação do fundo documental nas estantes, a percentagem apresenta-se bastante diminuta, sendo esta de cerca de 7%. De referir que, com base nos questionários verificamos que nesta percentagem se incluem as Bibliotecas Municipais que não utilizam a CDU.

Constata-se que, 92,8% dos inquiridos consideram importante ou muito importante a arrumação do fundo documental nas estantes segundo o código da CDU, uma vez que é a classificação, genericamente utilizada nas bibliotecas portuguesas, independentemente da sua tipologia (municipais ou escolares).

Os que consideram pouco importante, são os inquiridos que não utilizam esta classificação.

#### **P5 - Utiliza alguma adaptação à CDU nas bibliotecas escolares do 1.ºCiclo?**



Verifica-se a partir do gráfico apresentado que 85,7% dos bibliotecários municipais inquiridos utilizam uma adaptação à CDU.

Com um intervalo de 71,4% entre as colunas, podemos observar que 14,3% não utiliza qualquer adaptação à CDU. Nesta percentagem inclui-se uma Biblioteca

Municipal que referiu não adaptar a CDU porque as notações da mesma são aplicadas apenas nos documentos livro.

Ainda, inserida nesta percentagem, um dos bibliotecários inquiridos informou que a Biblioteca Municipal não efetua qualquer adaptação à CDU nas BE do 1.º Ciclo do Ensino Básico porque, estes estabelecimentos de ensino não têm BE. São, no entanto, apoiadas pela Biblioteca Municipal, através do empréstimo de *bibliocaixas* e pela BE do Agrupamento de Escolas, situada na Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos, numa parceria criada, precisamente, para tentar suprimir a falta de biblioteca.

Esclareceu, também que numa tentativa de facilitar o acesso aos livros por parte das crianças, optou por simplificar as cotas, através da divisão entre três faixas etárias: Pré-escolar; 1.º e 2.º Ciclos; 3º Ciclo e secundário.

Nestas bibliotecas existe, ainda a utilização de cores diferentes, tanto na sinalética das estantes onde constam as classes da CDU, como no fundo das etiquetas das cotas, dependendo da faixa etária, pois consideram que esta é a forma mais eficaz para uma imediata identificação. As cores utilizadas na CDU são as mesmas que existem nos fundos documentais na secção dos adultos, para que a transição entre as duas salas (separadas por um andar) ocorra sem prejuízo dos hábitos criados.

Desta forma, podemos concluir que, apesar da resposta dada se enquadrar nos 14,3% do gráfico referente à não utilização de adaptações à CDU, isso na realidade não se verifica porque a adaptação existe na BE da Escola Básica do 2º e 3º Ciclos que é utilizada pelos alunos das escolas do 1.º Ciclo.

Podemos, assim afirmar que, em todo o distrito de Lisboa, apenas uma Biblioteca Municipal não efetua qualquer adaptação à CDU.

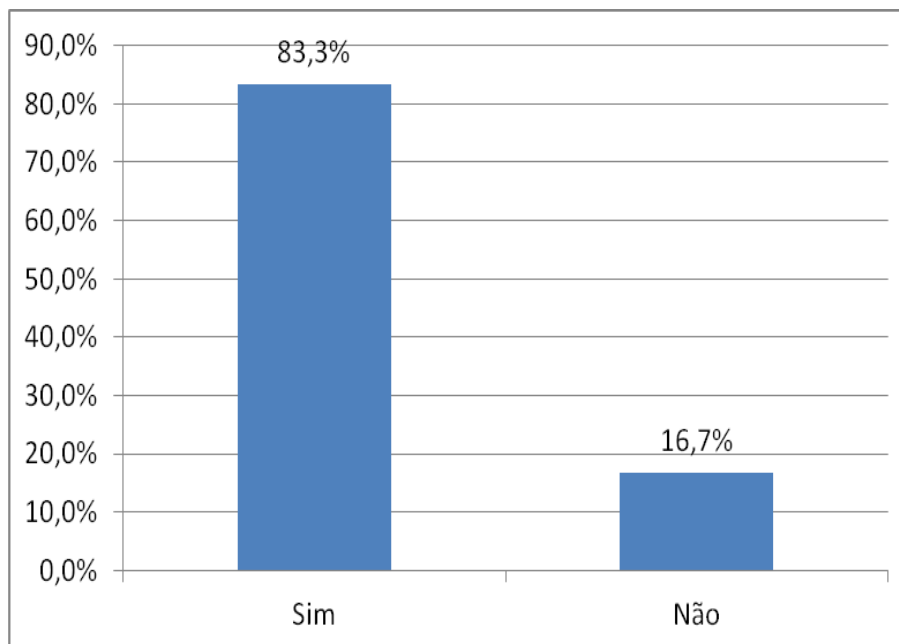
Estes esclarecimentos surgem na pergunta número cinco do questionário porque, a par das respostas fechadas (sim/não), era solicitada uma resposta aberta, para que os inquiridos pudessem indicar qual era a adaptação utilizada no seu concelho.

Da observação dos mesmos, concluímos que:

- seis inquiridos não indicaram qualquer resposta;

- dois inquiridos utilizam a CDU abreviada, distribuída pela RBE e uma tabela cromática;
- dois inquiridos efetuam adaptações criadas pelo próprio SABE, simplificadas, utilizando sempre que possível, as notações mais genéricas;
- um inquirido utiliza um código alfabético associado ao código cromático;
- um inquirido recorre a símbolos nos documentos destinados ao ensino Pré-escolar;
- um inquirido referiu a implementação de diversas adaptações resultantes das necessidades identificadas pelos professores bibliotecários;
- um inquirido convencionou usar apenas as grandes classes e subclasses da CDU de forma a que as notações tenham no máximo 3 dígitos;
- um inquirido mencionou que, com exceção dos livros, onde se aplicam as notações CDU, os restantes documentos, qualquer que seja o suporte, utilizam classificações diferentes. Nos documentos áudio é usada a Classificação PCDM - Principes de Classement des Documents Musicaux, à semelhança da Fonoteca da Câmara Municipal de Lisboa e nas Bibliotecas Públicas francesas. Para os documentos em DVD usam a FIAF - Fédération Internationale des Archives du Film. Acrescenta, ainda que, as notações para as BE são geralmente mais abreviadas do que as que são aplicadas na Biblioteca Municipal.

**P6 - As bibliotecas escolares do 1.º Ciclo utilizam todas a mesma adaptação à CDU?**



Com a observação do gráfico constatamos que não existe uma grande variação nas adaptações usadas nas BE que se encontram inseridas no mesmo concelho, pois a resposta “sim” representa 83,3% das Bibliotecas Municipais do distrito.

Os inquiridos que responderem “não” expressam-se no gráfico com uma percentagem de 16,7% da amostra. Verificamos que o intervalo de variação entre as colunas representadas é de 46,6%.

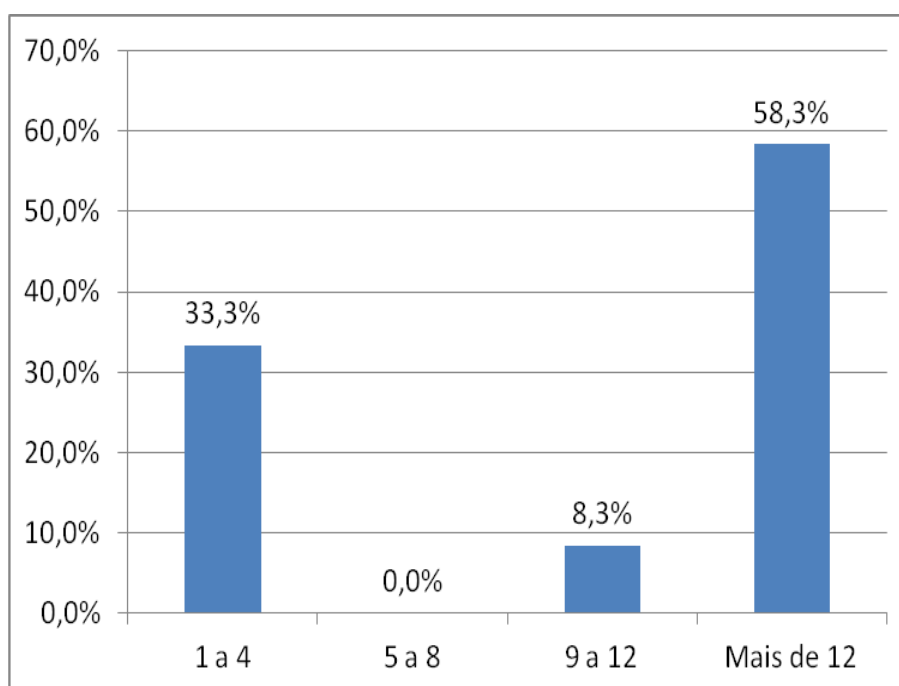
No que concerne esta última percentagem, duas Bibliotecas Municipais expressaram no questionário respostas distintas em relação à prática da adaptação feita à CDU nas BE do concelho:

- Um inquirido referiu que o tratamento do fundo documental das BE do 1º Ciclo do Ensino Básico é feito pela equipa do SABE, e, nesse sentido as regras aplicadas são as mesmas usadas na sala infantil da Biblioteca Municipal, sem, no entanto esclarecer quais. Acrescentou, ainda, que neste momento existem cerca de 15 BE com fundo documental informatizado, o que representa metade das BE do 1.º Ciclo do concelho, desconhecendo-se, nas restantes qual é o sistema de arrumação que vigora;

- Outro inquirido esclareceu que as BE que são alvo de um acompanhamento mais continuado por parte do Grupo de Trabalho têm a mesma adaptação. No entanto, poderão existir outras que ainda não tenham aplicado esta adaptação fruto de diferentes estágios de maturidade nas diversas BE.

Concluímos, desta forma, que, apesar de não ter sido expresso pela totalidade dos inquiridos, todos tentam manter a mesma adaptação da CDU como forma de uniformizar critérios e procedimentos dentro do mesmo concelho.

**P7 - Indique quantas utilizam a mesma adaptação.**



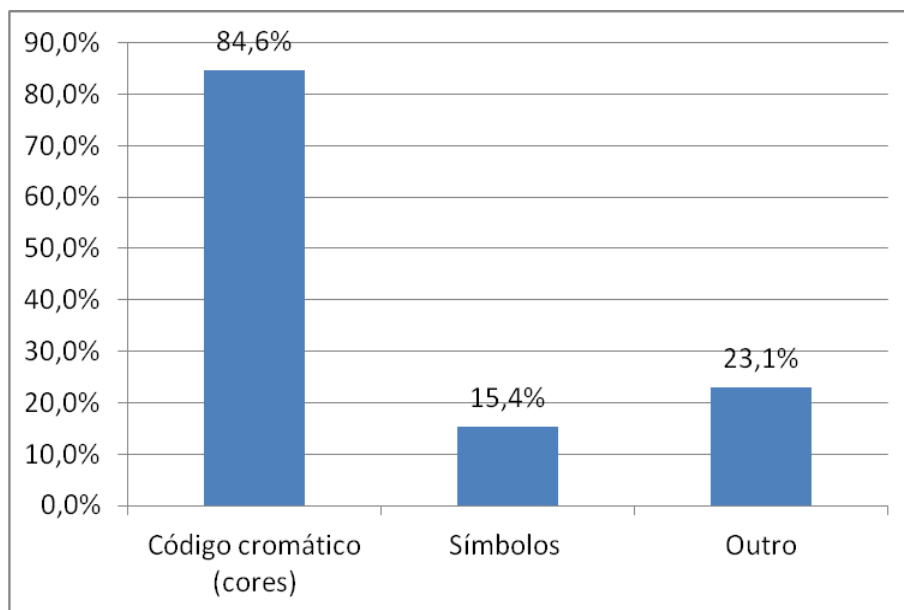
Na análise do gráfico apresentado, observa-se que 58,3% dos inquiridos responderam que mais de 12 BE utilizam a mesma adaptação.

A percentagem de 33,3% corresponde aos inquiridos que responderam que de 1 a 4 BE utilizam a mesma adaptação.

De 9 a 12 BE que utilizam a mesma adaptação, corresponde, no gráfico a 8,3% dos inquiridos.

O intervalo entre as colunas é de 50% entre os valores maior e menor e de 25%, ou seja, metade, entre o valor menor e o intermédio.

### P8 - Refira o tipo de adaptação que utiliza para a CDU?



No presente gráfico observa-se que a adaptação mais frequente à CDU é o código cromático (cores), que se traduz numa amostra de 84,6% dos inquiridos.

Verificamos que 23,1% referiram que utilizam outro tipo de adaptação e 15,4% recorre a símbolos.

Pela observação do gráfico podemos concluir que os valores percentuais da soma das três colunas é de 123,1%, ultrapassando o valor total da amostra, pelo facto de, termos constatado pela observação dos questionários aplicados que, quatro Bibliotecas Municipais referem a utilização de *cores* e *símbolos* ou *cores* e *outros* na sua adaptação da CDU.

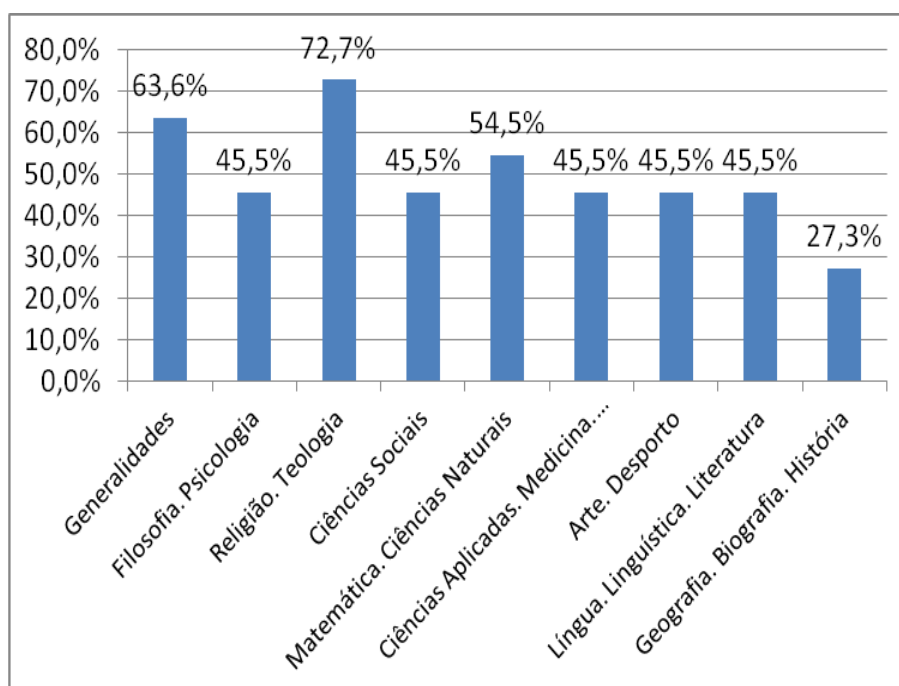
A pergunta à qual o gráfico se reporta era composta por três respostas fechadas (*Código cromático*, *Símbolos*, *Outros*) e uma resposta aberta, com o intuito de permitir ao inquirido especificar qual o tipo de adaptação, para além das mencionadas no questionário.

Assim verificamos que:

- um inquirido referiu que ao código cromático associa um código alfabético para ajudar na distinção da faixa etária;

- um inquirido especificou que **Outros** era referente a uma tabela de classificação organizada por temas e subtemas, com pictogramas e cores específicas;
- um inquirido considerou **Outros** associado ao código cromático como adaptação resultante das necessidades identificadas pelos professores bibliotecários e acordadas entre os Grupos de Trabalho;
- um inquirido acrescentou que na seção infantil associa à cor um símbolo adaptado a cada classe e uma terminologia. Por exemplo, na classe três utilizam um aperto de mão e como terminologia a palavra CIDADANIA.

**P9 - Se respondeu cores, indique qual é a cor que está atribuída a cada uma das classes da CDU.**



Na observação do gráfico, verificamos quais são as variações em termos de utilização de cores, associadas à CDU, nas BE do distrito de Lisboa. Essa variação vai desde uma percentagem máxima de 72,7% para a classe 2 Religião. Teologia, a 27,3% como variação mínima na classe 9 Geografia. Biografia. História.

Na classe 0 Generalidades a variação da paleta cromática é de 63,6%, seguida da classe 5 Matemática. Ciências Naturais com 54,5% de variação na utilização de cores associadas à CDU.

A percentagem de 45,5% de variação aparece repetida nas restantes classes: 1 Filosofia. Psicologia; 3 Ciências Sociais; 6 Ciências Aplicadas. Medicina; 7 Arte. Desporto e 8 Língua. Linguística. Literatura.

Não obstante, a observação do mesmo valor percentual nestas classes não significa que a variação não seja significativa de concelho para concelho. Para complementar a análise deste gráfico, apresentamos uma grelha cromática, representativa de todas as Bibliotecas Municipais inquiridas através do questionário, representadas por letras do alfabeto de A a L, mantendo desta forma o sigilo e o rigor deste estudo de caso.

## Tabela Cromática

CDU (Classes)	BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DO DISTRITO DE LISBOA											
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
0	Black	Brown	Grey	Black	Pink	Yellow	White	Purple	Black	Orange	White	Brown
1	Orange	Pink	Yellow	Brown	Purple	Orange	Yellow	Yellow	Orange	Red	Yellow	Yellow
2	Pink	Purple	Brown	Blue	Grey	Grey	Red	White	Pink	Grey	Yellow	Black
3	Brown	Dark Blue	Purple	Yellow	Green	Brown	Green	Blue	Brown	Yellow	Green	Blue
5	Dark Blue	Grey	Dark Blue	Green	Yellow	Red	Blue	Grey	Dark Blue	Light Purple	White	Grey
6	Green	Blue	Pink	Red	Blue	Light Purple	Yellow	Red	Light Green	Brown	Black	Red
7	Blue	Yellow	Orange	Orange	Orange	Blue	Blue	Pink	Blue	Blue	Orange	Purple
8	Yellow	Green	Green	Dark Blue	Black	Black	Black	Green	Yellow	J)	Blue	Green
9	Red	Orange	Red	Pink	Red	Green	Red	Orange	Red	Green	Red	Orange

Para além das cores correspondentes às 10 classes da CDU, representadas na grelha, algumas bibliotecas ainda especificaram que atribuem outras cores a determinadas áreas ou subclasses, como a seguir se apresenta:

## **BM B**

- A Referência tem associada a cor vermelha;
- As Primeiras Leituras têm associada a cor verde alface;
- A Banda Desenhada tem associada a cor branca.

## **BM C**

- -As Primeiras Letras têm associada a cor azul claro.

## **BM J**

- A Linguística tem associada a cor amarela;
- A Poesia tem associada a cor branca;
- O Teatro tem associado a cor roxa;
- A Prosa narrativa tem associada a cor de laranja;
- Os Provérbios e as Lengalengas têm associados a cor-de-rosa;
- A Banda Desenhada tem associada a cor azul-escuro;
- O Fundo Local tem associado a cor verde escuro.

Podemos concluir que, com exceção das classes:

- **1 Filosofia. Psicologia.** onde a cor amarela se repete em cinco Bibliotecas Municipais; *Frequência 1/ 5*
- **7 Arte. Desporto** com a cor de laranja a repetir-se em quatro Bibliotecas Municipais; *Frequência 7/ 4*
- **9 Geografia. Biografia. História.** na qual a cor vermelha se repete em seis Bibliotecas Municipais; *Frequência 9/ 6*

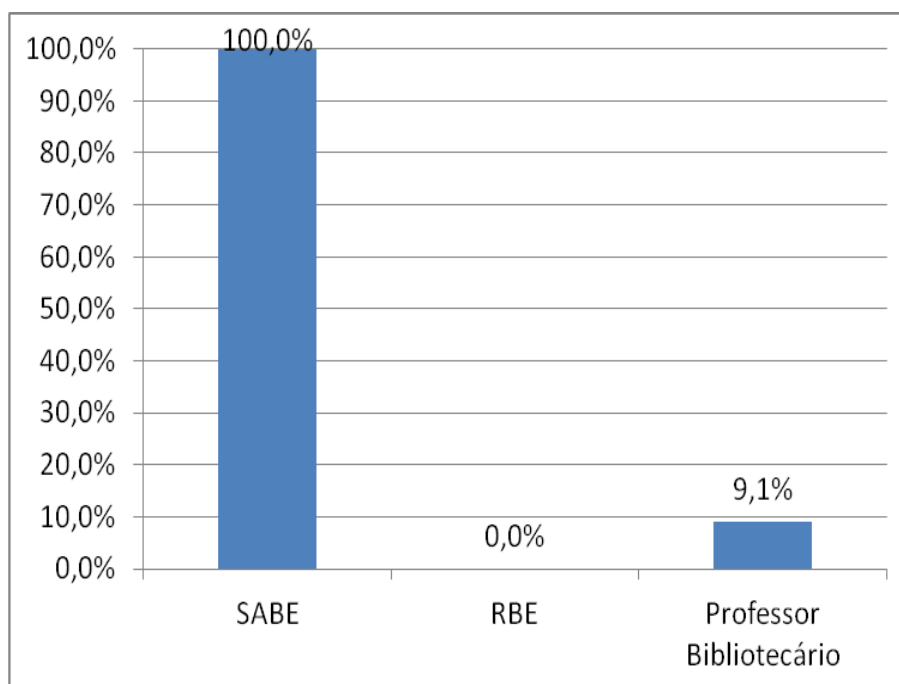
a utilização da mesma cor, na mesma classe, não vai além das três instituições, como verificamos nas classes:

- **0 Generalidades**, com a cor preta;
- **2 Religião. Teologia** com a cor cinzenta;

- **3 Ciências Sociais** com a cor castanha e verde;
- **5 Matemática. Ciências Naturais** com a cor azul escura e cinzento;
- **6 Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia** com a cor vermelha;
- **8 Língua. Linguística. Literatura** com a cor preta.

Considera-se assim que, a variação das cores atribuídas às classes da CDU não são as mesmas, antes pelo contrário apresentam-se com tão grande diversidade que não conseguimos encontrar um padrão comum em duas BE de concelhos diferentes, no distrito de Lisboa. Para além da variação cromática, sabemos que os tons da mesma cor são também diferentes, reconhecendo, que seria necessário efetuar um estudo mais detalhado com base na observação direta em todas as BE do distrito de Lisboa, para identificar essa variação cromática.

#### **P10 - Quem sugeriu essa adaptação?**



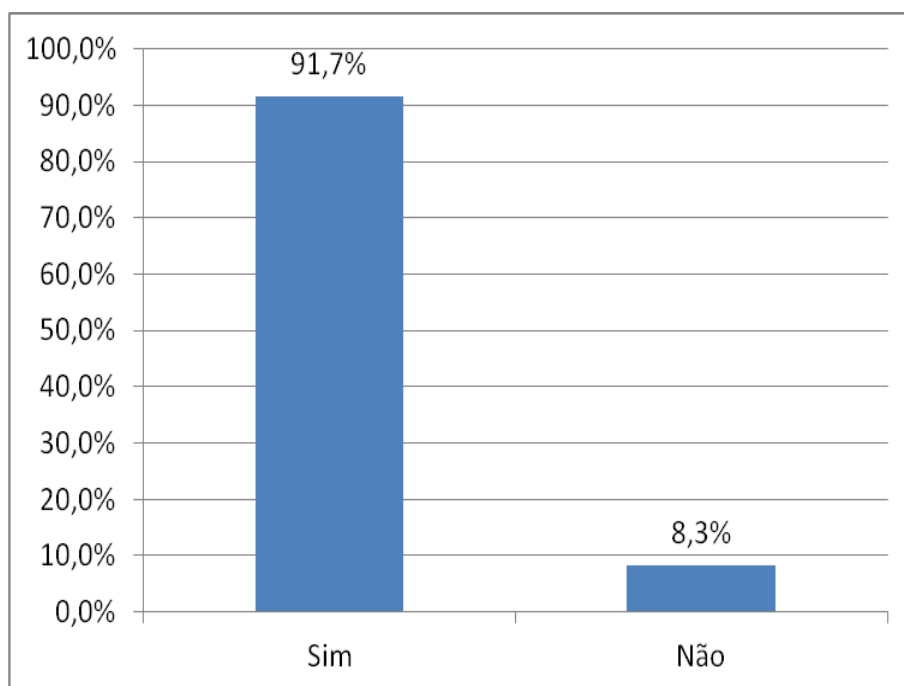
Pela observação do gráfico podemos verificar que 100% das Bibliotecas Municipais inquiridas responderam que a adaptação efetuada à CDU foi sugerida pelo Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares. Nesta percentagem inclui-se uma biblioteca que acrescentou a informação de que, a par da sugestão feita pelo SABE, o professor bibliotecário também participou nessa sugestão.

A mesma instituição justificou a resposta dada referindo que as adaptações resultaram das necessidades identificadas pelos professores bibliotecários e que foram acordadas entre estes e o Grupo de Trabalho.

Nesta percentagem uma Biblioteca Municipal referiu que as cores utilizadas pelo SABE eram as existentes nas duas bibliotecas fixas da Fundação Calouste Gulbenkian que existiam no concelho.

Um inquirido acrescentou que a tabela foi adaptada em 1999, pela então coordenadora do SABE e que a semelhança das cores na Referência e na Generalidades tem apresentado algumas dificuldades em serem distinguidas pelas crianças, pelo que equacionam efetuar algumas alterações no futuro.

**P11 - Considera as adaptações feitas à CDU funcionais no acesso à informação por parte da Comunidade Escolar?**



No gráfico 11 verifica-se que a grande maioria dos inquiridos (cerca de 92%), considera que as adaptações feitas são funcionais no acesso à informação por parte da comunidade escolar. Apenas 8% não as considerou funcionais. A variação de 83,4% entre as duas respostas verifica-se pelo número de Bibliotecas Públicas que confirmaram a utilização de adaptações à CDU, pois estas foram aplicadas tendo por

base a convicção de que, desta forma estariam a contribuir para que o acesso à informação, por parte dos utilizadores, fosse mais acessível.

Um inquirido referiu que as crianças apreendem com facilidade as várias classes por estas estarem associadas a uma cor respetiva, habituando-se a procurar os documentos de forma autónoma.

Outro inquirido, acrescentou que considera que esta adaptação simplificada dos conteúdos e a associação dos temas às cores funciona muito bem, na medida em que facilita a localização e a recuperação dos documentos, por parte de professores e alunos.

**P12 – Qualquer um dos pontos atrás referidos pode ser melhor explicitado, em seguida, enumerando-os, ou referindo problemáticas afins.**

Nesta pergunta aberta, nove dos dezasseis inquiridos responderam por forma a esclarecer as questões colocadas anteriormente, dando informação mais detalhada sobre a sua atuação. Tal informação foi, ao longo da análise dos gráficos, sendo adicionada à respetiva pergunta, para melhor compreendermos o resultado das percentagens apresentadas pelos mesmos.

## CONCLUSÃO

Na realização deste trabalho de investigação verificou-se que as perguntas de partida, ficaram esclarecidas, pois constatamos que a Classificação Decimal Universal, atualmente implementada na generalidade das Bibliotecas Escolares, se revela a classificação mais adequada, especificamente nas Bibliotecas Escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico, pois é utilizada em 80% das BE do distrito de Lisboa. Para além de ser a classificação mais utilizada, é também encarada, pela população inquirida, como importante ou muito importante na arrumação dos fundos documentais em estante, traduzindo-se essa opinião numa percentagem de 92,8%.

A par desta constatação, verificamos que, para que a CDU seja melhor compreendida e ajustada ao grupo etário (3 a 10 anos) dos utilizadores das BE do 1.º Ciclo do Ensino Básico, foram considerados ajustes e adaptações, com destaque para o código cromático, uma vez que se verificou que este tipo de adaptação tem uma representatividade de 84,6%, no universo da população inquirida. Com uma percentagem menos expressiva, encontramos a utilização de símbolos (15,4%). No entanto, se somarmos as percentagens dos dois tipos de adaptações à CDU (cores e símbolos) obtemos um total de 100%, o que nos leva a concluir que a totalidade das BE que utilizam a CDU, recorrem a adaptações, por as considerarem funcionais no acesso à informação por parte da comunidade educativa.

Em relação à aplicação dos inquéritos por questionário, como forma de obter respostas válidas e fiáveis para as perguntas de partida, respeitamos e garantimos os direitos dos inquiridos, informando-os sobre todos os aspetos da investigação, nomeadamente:

- a proteção do anonimato das instituições e dos seus representantes (bibliotecários municipais);
- a garantia da confidencialidade da informação;
- o acesso a informações esclarecedoras.

A interpretação dos resultados obtidos, através da análise dos gráficos, apresenta-se válida, pois conseguimos encontrar resposta para as perguntas de partida

formuladas, uma vez que reproduz fielmente a realidade das Bibliotecas Escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico, no distrito de Lisboa, no que concerne a aplicação da CDU.

Os resultados alcançados foram os esperados relativamente à utilização de adaptações da CDU nas BE do 1.º Ciclo, pois já tínhamos verificado, aquando das reuniões efetuadas nas BE dos concelhos de Alenquer, Vila Franca de Xira e Sobral de Monte Agraço, que as adaptações eram uma realidade e que a sua diversidade, em termos de paleta de cores, também era muito díspar.

Em relação às dúvidas iniciais sobre - *Quem sugeriu as adaptações? E quem as implementa?*-, também estas questões ficaram esclarecidas, pois pudemos constatar, através da análise do resultado apresentado em gráfico, que traduz, de forma muito expressiva (100%), que, cabe ao SABE a decisão sobre a tipologia das adaptações e a sua implementação. Averiguamos, também, que os responsáveis pelo SABE utilizam, no seu concelho, a mesma adaptação em todas as BE que são apoiadas pelo mesmo SABE.

A pesquisa bibliográfica nacional e internacional feita, sobre o nosso objeto de estudo, permitiu-nos concluir que nas diretrizes da IFLA/UNESCO e da IASL, bem como nas leituras efetuadas sobre a origem e a aplicação da CDU nas bibliotecas generalistas a nível mundial, nada é referido sobre a utilização de adaptações à CDU.

No entanto, em leituras relacionadas com as Bibliotecas Escolares, encontramos três autores que aconselham o recurso a adaptações à CDU. É o caso de Isabel Piteira Hora (1995), Ana Cristina Silva (2002) e Maria José Malo (2009); referidas em capítulos anteriores. Só com Isabel Piteira da Hora é que aparece pela primeira vez referência à paleta cromática como adaptação a ser implementada, nomeadamente nas Bibliotecas Escolares.

Deixamos, assim, em aberto a possibilidade de efetuar um trabalho de investigação, a nível nacional, para verificar, por um lado, se existe um padrão comum nas adaptações da CDU, na generalidade das BE portuguesas, e por outro lado, efetuar um levantamento do número de Bibliotecas Municipais que não utilizam a CDU, indicando os motivos que levaram a essa decisão.

Concluímos, assim, que seria necessário um estudo mais exaustivo, comparando a eficácia da utilização de diferentes classificações, sob dois pontos de vista:

- do utilizador, no sentido de perceber qual a classificação que melhor satisfaz as suas necessidades acesso à informação;
- do bibliotecário, como técnico que recorre à classificação para efetuar o tratamento e a recuperação da informação.

## BIBLIOGRAFIA

**A CDU contada aos mais novos.** [Em linha]. [Consult. fevereiro 2012]. Disponível na WWW. <URL:<http://www.eb23svilarformoso.edu.pt/documentos/jornal120062007.PDF>>

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - **Manual de Estilo de Publicaciones.** 2010 [Em linha]. [Consult. janeiro 2012]. Disponível na WWW. <URL:<http://emhttp://bibliotecahnodavidmediavilla.org/pdfs/Presentacion>>

ANSELMO, Artur – **Técnicas de Pesquisa.** Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1988. Vol.1. 109p.

ARRIMAR, Jorge de Abreu – **Análise, Indexação e Recuperação da Informação.** Newsletter 06. 2010.[Em linha]. [Consult. setembro 2012]. Disponível na WWW. <URL:<http://www.rbe.min-edu.pt/newsletter//np4/869.html>>

BRÁS, Maria Helena Bandeira – **Bibliotecas Escolares: instalação e organização do espaço.** Lisboa: Ministério da Educação, 2000. 76p. ISBN 972-8314-09-4

CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro – **Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem.** Lisboa: Universidade Aberta, 1998. 353p. ISBN 972-674-231-5

**CDU - Tabela de referencia rápida.** [Em linha]. [Consult. Novembro 2011] Disponível na WWW. <URL:[https://spreadsheets.google.com/spreadsheet/pub?key=0At\\_grzTAZ2l4cHI2eWs3aTFP\\_WkdQb3EyZm8wWlJoSFE&gid=0](https://spreadsheets.google.com/spreadsheet/pub?key=0At_grzTAZ2l4cHI2eWs3aTFP_WkdQb3EyZm8wWlJoSFE&gid=0)>

**Classificação CDU.** [Em linha]. [Consult. abril 2011] Disponível na WWW. <URL:<http://www.udcc.org/udccsummary/php/index.php?lang=pt>>

**Classificação Decimal Universal: edição média em Língua Portuguesa/FID.** 2.ªed. Brasília: Instituto Brasileiro de informação em Ciências e Tecnologia, 1987. 524p. ISBN 85-7013-009.0

COSTA, António Firmino, [et al.] – **Avaliação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares.** Lisboa: Ministério da Educação, 2010. 151p. ISBN 978-972-742-319-4

DECRETO-LEI nº111/87 [Em linha]. [Consult. janeiro 2012]. Disponível na  
[WWW.<URL:http://www.azores.gov.pt/NR/>](http://www.azores.gov.pt/NR/)

DIEZ CARRERA, Carmen – **Técnicas y régimen de uso de la CDU**. Gijón : Ediciones  
Trea, 1999. 134p. ISBN 84-95178-27-3

ECO, Umberto – **Como se faz uma tese em Ciências Humanas**. Lisboa: Editorial  
Presença, 1995. 235p.

**ESTÓRIAS de bibliotecas: a Classificação Decimal Universal (CDU)**. -Adaptado da  
versão contada aos mais novos e nas primeiras visitas guiadas à biblioteca de  
Guadalajara, Espanha. [Em linha]. [Consult. março 2012]. Disponível na  
[WWWURL:http://domundoflutuante.blogspot.pt/2012/10/cdu-para-criancas-e-adolescentes.htmls](http://domundoflutuante.blogspot.pt/2012/10/cdu-para-criancas-e-adolescentes.htmls)>

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN - **Casa da leitura**. [Em linha]. [Consult.  
março 2012].Disponível na WWW.<URL <http://www.casadaleitura.org/>>

GUIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamim – **O inquérito: teoria e prática**.  
Oeiras: Celta Editora, 1997. 336p. ISBN 972-774-120-7

HANNESDÓTTIR, Sigrún Klara – **Bibliotecários Escolares: Linhas Orientadoras  
para Requisitos de Competência**. Holanda: IFLA, 1995. 54p. ISBN 90-70916-57-6.

HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew – **Investigação por questionário**. Lisboa:  
Edições Sílabo, 2002. 337p. ISBN 972-618-273-5

HORA, Isabel Piteira – **Organizar para despertar o desejo de aprender**. [Lisboa]:  
Instituto de Inovação Educacional. Escola Secundária Anselmo de Andrade, 1995. 69p.  
ISBN 972-9380-20-1

**IASL - Declaração Política da Internacional Association of School Librarianship  
(IASL) sobre Bibliotecas Escolares** . [Em linha]. [Consult. março 2011] Disponível na  
WWW. <URL: [http://www.rbe.min-  
edu.pt/np4/?newsId=74&fileName=iasl\\_declaracao.pdf](http://www.rbe.min-<br/>edu.pt/np4/?newsId=74&fileName=iasl_declaracao.pdf)>

**IASL - Declaração Política da IASL sobre Bibliotecas Escolares.** Revisto pela IASL em Setembro de 1993. [Em linha]. [Consult. novembro 2011]. Disponível na WWW. <URL: [http://www.bprmadeira.org/site/images/BPR/Documentos/Geral/rede/07\\_declaracao\\_pol\\_IASL.pdf](http://www.bprmadeira.org/site/images/BPR/Documentos/Geral/rede/07_declaracao_pol_IASL.pdf)>

**IFLA – Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação.** (2009). [Em linha]. [Consult. Março 2011]. Disponível na www. <URL: [http://www.rbe.min-edu.pt/np4/?newsId=74&fileName=Principios\\_internacionais\\_catalogacao\\_20.pdf](http://www.rbe.min-edu.pt/np4/?newsId=74&fileName=Principios_internacionais_catalogacao_20.pdf)>

**IFLA – Modelo de Código Nacional de Empréstimo Interbibliotecas:** primeiramente acordado pela IFLA em 1983. Revisto em 2000. [Em linha]. [Consult. março 2011]. Disponível na WWW. <URL: <http://archive.ifla.org/VI/2/p3/model-pt.pdf> >

**IFLA/UNESCO – Diretrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares .** IFLA, 2000. 26p.

**JORNADAS comemorativas del cinquentenário de Paul Otlet (1868-1934) :** Actas. SÁNCHEZ CABABÓN, Ana Isabel e UBIETO ARTUR, Maria Isabel – **La herencia de Paul Otlet em el acceso a la información,** Zaragoza. 1994. 182p. ISBN 86947-76-6.

LÓPES YEPES, José (coord.) - **Manual de información y documentación.** Madrid: Ediciones Pirámide, 1996. 182p. ISBN 84-368-0968-8.

MAGÁN WALSH, José Antonio - **Tratado Básico de Bibliotecanomia .** 3.ªed. Madrid: Ediciones Complutense, 1998. 483p. ISBN 84-89784-42-6.

MALO, Maria José – **Bibliotecas Escolares e as linguagens documentais: proposta metodológica para a elaboração de uma lista Controlada de Termos.** Lisboa: Universidade Aberta, 2009. Dissertação no âmbito do Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, sob a orientação da Professora Doutora Glória Maria Lourenço Bastos.

MANGAS, Sérgio – **Para que serve uma biblioteca municipal?** – opinião a 30/07/2011 Notícia BAD Jornal dos profissionais de informação [Em linha]. [Consult. Setembro 2011]. Disponível na WWW. <URL: <http://www.bad.pt/noticia/2011/07/30/para-que-serve-uma-biblioteca-municipal/>>

MCILWAINE, I.C. - **The Universal Decimal Classification: Some Factors Concerning Its Origins, Development, and Influence.** *JOURNAL OF THE AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATION SCIENCE*. England: *School of Library, Archive and Information Studies, University College London, Gower Street*. 48(4):331–339, 1997 [Em linha]. [Consult. Março 2012]. Disponível na WWW:<[URL:http://polaris.gseis.ucla.edu/gleazer/462\\_readings/McIlwaine.pdf](http://polaris.gseis.ucla.edu/gleazer/462_readings/McIlwaine.pdf)>

MONTENEGRO, Manuel – **A CDU, monstro pré-histórico das classificações?**. [Em linha]. [Consult. janeiro 2012]. Disponível na [WWW.<URL: http://revistas.ua.pt/index.php/paginasab/article/view/1177/1091>](http://revistas.ua.pt/index.php/paginasab/article/view/1177/1091)

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio – **El contenido de los documentos textuales: su análisis y representación mediante el lenguaje natura.** Gijon : Ediciones Trea , 2004. 291p. ISBN 84-9704-126-7

MORENO FERNÁNDEZ, Luís Miguel; BORGONÓS MARTÍNEZ, Maria Dolores – **Teoria y práctica de la clasificación decimal universal.** Gijon : Ediciones Trea , 2002. 340p. ISBN 84-9704-051-1

NP 405-1. 1994, Informação e Documentação – Referências bibliográficas: documentos impressos. Lisboa: IPQ. 49p.

NP 405-3. 1996, Informação e Documentação – Referências bibliográficas: documentos não publicados. Lisboa: IPQ. 18p.

NP 405-4. 2002, Informação e Documentação – Referências bibliográficas. Parte 4: documentos electrónicos. Lisboa: IPQ. 26p.

PESSOA, Ana Maria – **A biblioteca escolar: organização para uma pedagogia diferenciada do 1.ºCiclo de Ensino Básico ao final do Ensino Secundário.** Porto: Campo das Letras, 1994. 114p. ISBN 972-8146-13-2.

PINTO MOLINA, Maria – **Análisis documental: Fundamentos y procedimientos.** 2ª ed. Madrid : Eudema, 1993. 270p. ISBN 84-7754-070-5.

PINTO, Maria (ed.) - **Manual de Clasificación Documental.** Madrid: Editorial Síntesis, 1999. 299 p. ISBN 84-7738-510-6.

PORTUGAL, Biblioteca Nacional CDU – **Classificação Decimal Universal: Tabela de Autoridades**. – 2ª ed. – Lisboa: BN, 1990. ISBN 972-565-094-8

PORTUGAL. Ministério da Cultura – **Relatório Leitura Pública: Rede de Bibliotecas Municipais**/ coord. Maria José Moura, [et al]. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1986. 77p. [Em linha]. [Consult. janeiro 2012]. Disponível na WWW:<URL:<http://dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/documentacaoBibliotecas/Documents/RelatorioLeituraPublica1986.pdf>>

PORTUGAL. Ministério da Cultura – **Relatório sobre as Bibliotecas Públicas em Portugal**/ coord. Maria José Moura, [et al.]. Lisboa: Ministério da Cultura, 1996. 21p.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Portaria nº 75/2009 de 14 de Julho. “D.R.ISérie”.134 (2009-07-14) 4488-4491 Lisboa: Ministério da Educação, 2009. 4p.

PORTUGAL. Ministério da Educação. **Rede de Bibliotecas Escolares** [Em linha]. [Consult. março 2011]. Disponível na WWW: <URL <http://www.rbe.min-edu.pt/>>

PORTUGAL. Rede de Bibliotecas Escolares – **Modelo de avaliação da biblioteca escolar**. [Em linha]. [Consult. novembro 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/83/mabe.pdf>>

QUIVY, Raymond ; VAN CAMPENHOUDT, Luc – **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998. 282p. ISBN 972-662-275-1

RAYWARD, W. Boyd - **The International Federation for Information and Documentation (FID)**. Published in Encyclopedia of Library History. New York: Garland Press,1994, 290-294p. [Consult. Março 2012]. Disponível na WWW:<URL:<http://people.lis.illinois.edu/~wrayward/otlet/FIDHIST2.htm>>

REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES - **Modelo de avaliação da biblioteca escolares**. Lisboa: Ministério da Educação,2011. 136p. ISBN 978 -972 -742 -320- 0

SÁ, Victor de – **As bibliotecas, o público e a cultura: um inquérito necessário**, Lisboa: livros Horizonte, 1983. 225p.

SAN SEGUNDO MANUEL, Rosa – **Principales sistemas de clasificación**. Madrid: Editorial Síntesis, 1999.79p.-83p. ISBN 84-7738-510-6

SILVA, Ana Cristina Oliveira - **A Biblioteca Escolar e o acesso ao conhecimento: Classificar e Indexar**, Junho 2002. 85p.

SILVA, Lino Moreira – **Bibliotecas Escolares: um contributo para a sua justificação, organização e dinamização**. Braga: Livraria Minho, 2000. 247p. ISBN 972-98532-1-5

SIMÕES, Maria Graça – **Classificação Decimal Universal: fundamentos e procedimentos**. Coimbra: Edições Almedina, 2008. 15-3?p. ISBN 978-972-40-3570-3.

UDC-CONSORTIUN.[Em linha]. [Consult. setembro 2012].Disponível na [WWW<URL:http://www.udcc.org/udcsummary/about.htm>](http://www.udcc.org/udcsummary/about.htm)

**VAMOS CONHECER A CDU**. [Em linha]. [Consult. fevereiro 2012].Disponível na [WWW<URL:http://www.sjpesqueira.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_PaginaId=42807>](http://www.sjpesqueira.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=42807)

VEIGA, Isabel [et al.] – **Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares**. Lisboa: Ministério da Educação, 1997. 180p. ISBN 972-729-015-9.

## **APÊNDICE**

## QUESTIONÁRIO

Este questionário enquadra-se num trabalho de investigação e destina-se a conhecer melhor os procedimentos técnicos no tratamento documental, nomeadamente na aplicação da Classificação Decimal Universal (CDU) nas bibliotecas escolares do 1.º Ciclo e Jardins de Infância.

As informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente a análise de conteúdo e análise estatística para dissertação de mestrado.

O sucesso deste trabalho depende da sua colaboração.

Depois de responder a todas as perguntas, por favor, envie o questionário por E-mail para: [anabela.moraisribeiro@gmail.com](mailto:anabela.moraisribeiro@gmail.com)

Muito obrigada.

---

**Utilize só uma cruz nas suas respostas.  
Por favor leia as perguntas e todas as opções de resposta com atenção.**

**Identificação Institucional: Biblioteca Municipal** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_\_\_

---

**P1. A Biblioteca Municipal tem Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares(SABE)?**

---

- |  |                          |   |
|--|--------------------------|---|
| Sim                                      | <input type="checkbox"/> | 1 |
| Não                                      | <input type="checkbox"/> | 2 |
| Não tem, mas faz o tratamento documental | <input type="checkbox"/> | 3 |

---

**P2.** Indique o número de bibliotecas escolares do 1.º Ciclo que são apoiadas pelo SABE.

---

- |            |                          |   |
|------------|--------------------------|---|
| 1 a 4      | <input type="checkbox"/> | 1 |
| 5 a 8      | <input type="checkbox"/> | 2 |
| 9 a 12     | <input type="checkbox"/> | 3 |
| Mais de 12 | <input type="checkbox"/> | 4 |

---

**P3.** Organiza os fundos documentais das bibliotecas escolares do 1.º Ciclo com base na CDU?

---

- |     |                          |   |
|-----|--------------------------|---|
| Sim | <input type="checkbox"/> | 1 |
| Não | <input type="checkbox"/> | 2 |

---

**P4.** Refira a importância da CDU na arrumação do fundo documental.

---

- |                  |                          |   |
|------------------|--------------------------|---|
| Muito importante | <input type="checkbox"/> | 1 |
| Importante       | <input type="checkbox"/> | 2 |
| Pouco importante | <input type="checkbox"/> | 3 |

---

**P5.** Utiliza alguma adaptação à CDU nas bibliotecas escolares do 1.º Ciclo?

---

- |     |                          |   |
|-----|--------------------------|---|
| Sim | <input type="checkbox"/> | 1 |
| Não | <input type="checkbox"/> | 2 |

Qual? \_\_\_\_\_

---

**P6.** As bibliotecas escolares do 1.º Ciclo utilizam todas a mesma adaptação à CDU?

---

Sim	<input type="checkbox"/>	1
Não	<input type="checkbox"/>	2

---

**P7.** Indique quantas utilizam a mesma adaptação.

---

1 a 4	<input type="checkbox"/>	1
5 a 8	<input type="checkbox"/>	2
9 a 12	<input type="checkbox"/>	3
Mais de 12	<input type="checkbox"/>	4

---

**P8.** Refira o tipo de adaptação que utiliza para a CDU?

---

Código cromático (cores)	<input type="checkbox"/>	1
Símbolos	<input type="checkbox"/>	2
Outro	<input type="checkbox"/>	3

Especifique:

---

---

---

**P9.** Se respondeu cores, indique qual é a cor que está atribuída a cada uma das classes da CDU.

---

0 Generalidades	cor
1 Filosofia. Psicologia	cor
2 Religião. Teologia	cor

3 Ciências Sociais	cor
5 Matemática. Ciências Naturais	cor
6 Ciências Aplicadas. Medicina. Tecnologia	cor
7 Arte. Desporto	cor
8 Língua. Linguística. Literatura	cor
9 Geografia. Biografia. História	cor

---

**P10.** Quem sugeriu essa adaptação?

---

SABE	<input type="checkbox"/>	1
RBE	<input type="checkbox"/>	2
Professor Bibliotecário	<input type="checkbox"/>	3

---

**P11.** Considera as adaptações feitas à CDU funcionais no acesso à informação por parte da Comunidade Escolar?

---

Sim	<input type="checkbox"/>	1
Não	<input type="checkbox"/>	2
Porquê?		


---

---

---

**P12.**Qualquer um dos pontos atrás referidos pode ser melhor explicitado, em seguida, enumerando-os, ou referindo problemáticas afins.

---



**A sua colaboração termina aqui.**

**Agradeço a devolução deste Questionário para o e-mail indicado.**

**Muito obrigada!**

---